



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Cav. **MAURICIO DELGADO** (R.O. do URUGUAI)

Emprego dos Exércitos do Brasil e Uruguai para o desenvolvimento de operações de apoio à sociedade, durante situações de emergências ambientais.



Rio de Janeiro

2018



Maj Cav **MAURICIO DELGADO** - R.O. do URUGUAI.

Emprego dos Exércitos do Brasil e do Uruguai no desenvolvimento de operações de apoio à sociedade, durante situações de emergências ambientais.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Maj Inf ALISON ALENCAR DAVID.

Rio de Janeiro
2018

D331e Delgado, Mauricio

Emprego dos Exércitos do Brasil e Uruguai para o desenvolvimento de operações de apoio à sociedade, durante situações de emergências ambientais. / Mauricio Delgado. —2018.

92 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Alisson Alencar David.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

Bibliografia: f. 91-92.

1. EMPREGO DOS MEIOS DO EXÉRCITOS DE BRASIL E URUGUAI. 2. SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS. 3. APOIO À SOCIEDADE. I. Título.

CDD 355.4

Maj Cav **MAURICIO DELGADO** - R.O. do URUGUAI.

Emprego dos Exércitos do Brasil e do Uruguai para o desenvolvimento de operações de apoio à sociedade, durante situações de emergências ambientais.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de ____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

MAJ INF ALISSON ALENCAR DAVID – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

MAJ INF LUIZ EDUARDO SANTOS CERÁVOLO – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

MAJ INF MARCOS LUIZ DA SILVA DEL DUCA– Membro

À meus pais e irmãos um homenagem pelo apoio incondicional em todas as minhas atividades pessoais e profissionais.

AGRADECIMENTOS

Ao Exército da República Federativa do Brasil, por ter estendido o convite ao Exército da República Oriental do Uruguai, para realizar o Curso de Estado Maior, permitindo-me ter a oportunidade de aumentar meus conhecimentos profissionais.

Ao Exército da República Oriental do Uruguai, por ter novamente me concedido a oportunidade de continuar a formação profissional e aperfeiçoamento, fora do país, como Oficial do Estado Maior.

À Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil, por ter me dado a oportunidade de realizar este trabalho e crescer como profissional.

Ao Major Art. Flavio Balbino por ter alocado tempo e preocupação pessoal, estendeu-se a mim, cumprindo em excelente forma sua função como Pradrino de Oficial estrangeiro.

RESUMO

Durante o curso da história, os conflitos armados sofreram mudanças consideráveis, que exigiram das Forças Armadas (em diante FF.AA) mudanças consideráveis em suas doutrinas de emprego e formas de agir.

Atualmente, podemos visualizar como o pessoal que integra os exércitos em consideração, são instruídos, treinados e avaliados para cumprir diversas funções, muitas das quais são executadas durante situações de paz e ordem social, contribuindo com os Estados Nacionais, para direcionar seus esforços para a realização do objetivos nacionais e bem-estar social.

Durante a última década, as mudanças climáticas têm se intensificado, existindo uma variação exponencial nas condições meteorológicas que são vivenciadas no momento, as quais provocam sérios danos e prejuízos nas infraestruturas vitais da sociedade.

Durante os primeiros estágios das crises ambientais, o uso dos meios dos Exércitos dos Estados permitiu que eles fossem uma ferramenta eficaz e eficiente para lidar imediatamente com a gravidade das calamidades, ajudando os membros da sociedade com profissionalismo e humanidade, atingindo condições básicas de bem-estar e segurança para eles.

Os exércitos da Republica Federativa do Brasil (em diante R.F.B.) e da Republica Oriental do Uruguai (em diante R.O.U.), desenvolveram doutrina e formas de ação para lidar com essas situações de emergência, nas quais existem semelhanças e diferenças no emprego dos meios.

Na análise das diferentes formas de emprego, durante várias operações realizadas durante emergências ambientais, será possível gerar novos conhecimentos, úteis para incrementar as doutrinas atuais.

Palavras-chave: Emprego dos meios do exército. R.F. Brasil e R.O. Uruguai.

Situações de emergências ambientais. Apoio para a sociedade.

RESUMEN

Durante el transcurso de la historia los conflictos armados han sufrido transformaciones considerables, las cuales han demandado a las Fuerzas Armadas (en adelante FF.AA), realizar cambios considerables en sus doctrinas de empleo y formas de actuación.

En la actualidad podemos ver cómo el personal que integra los ejércitos en consideración, son instruidos, entrenados y evaluados para cumplir diversas funciones, muchas de las cuales se ejecutan durante situaciones de paz y orden social, contribuyendo con los Estados Nacionales, para dirigir sus esfuerzos hacia la realización de los objetivos nacionales y el bienestar social.

Durante la última década, los cambios climáticos se han intensificado, existiendo una variación exponencial en las condiciones meteorológicas que son vivenciadas en el momento, las cuales provocan serios daños y perjuicios en las infraestructuras vitales de la sociedad.

Durante las etapas tempranas de las crisis ambientales, el empleo de los medios de los Ejércitos de los Estados, han permitido a los mismos contar con una herramienta eficaz y eficiente para atender en forma inmediata la gravedad de las calamidades, socorriendo a los integrantes de la sociedad con profesionalismo y humanidad, logrando condiciones básicas de bienestar y seguridad para los mismos.

Los Ejércitos de la República Federativa del Brasil (en adelante R.F.B.) y la República Oriental del Uruguay (en adelante R.O.U.), han desarrollado doctrina y formas de actuación, para hacer frente a estas situaciones de emergencia, en las cuales se encuentran similitudes y diferencias en el empleo de los medios.

En el análisis de las diferentes formas de empleo, durante diversas operaciones llevadas a cabo durante situaciones de emergencias ambientales, se logrará generar nuevo conocimiento, útil para acrecentar las doctrinas actuales.

Palabras-clave: Empleo de los medios del ejército. R.F. Brasil y R.O. Uruguay.
Situaciones de emergencias ambientales. Apoyo a la sociedad.

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Folha
Figura 1	Situações de emergências ambientais.....	24
Figura 2	Espetro dos conflitos.....	28
Figura 3	Factores Operacionais.....	29
Figura 4	Efeitos dos deslizamentos de terra no Rio de Janeiro.....	39
Figura 5	Efeitos das inundações em São Paulo.....	39
Figura 6	Efeito dos incêndios em áreas florestais no Brasil.....	41
Figura 7	Efeito das secas na região do Ceará.....	41
Figura 8	Efeitos das inundações em Montevideú 2005.....	43
Figura 9	Efeitos das inundações em Durazno 2015.....	43
Figura 10	Efeitos das inundações em Uruguay 2016.....	45
Figura 11	Efeitos do ciclone na cidade de Dolores Uruguai.....	45
Figura 12	Efeitos do incêndio no Parque Nacional de Santa Teresa..	47
Figura 13	Efeitos do incêndio em Lavalleja Uruguai.....	47
Figura 14	Níveis do planejamento nacional.....	50
Figura 15	Interação entre o M.I.N. e o M.D. do Brasil.....	50
Figura 16	Distribuição dos Comando Militares de Área.....	59
Figura 17	Organograma da Divisão de Ações Subsidiárias.....	69
Figura 18	Operações CIMIC do E.B. no contexto internacional.....	75

LISTA DE ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS.

C.E.D.	Comitê Departamental de Emergência.
C.N.G.R.D.	Conselho Nacional de Gestão do Risco e Desastres.
C.N.R.R.E.	Conselho Nacional de Redução do Risco e Emergências.
D.N.B.	Departamento Nacional de Bombeiros.
Ex.	Exército.
E.B.	Exército Brasileiro.
E.N	Exército Nacional.
F.A.B.	Força Aérea Brasileira.
F.A.B.	Força Aérea Uruguaia.
FF.AA.	Forças Armadas.
FF.MM.	Forças Miitares.
L.M.D.N.	Lei Marco da Defesa Nacional
M.D.	Ministerio da Defesa.
M.D.N.	Ministerio de Defesa Nacional.
MIDES	Ministério do Desenvolvimento Social.
M.I.N.	Ministério da Integração Nacional.
M.S.P.	Ministério da Saúde Pública.
O.N.U.	Organização das Nações Unidas.
O.T.A.N.	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
P.D.N.	Política de Defesa Nacional.
Pol. Nac.	Polícia Nacional.
R.F.B.	República Federativa do Brasil.
R.O.U.	República Oriental do Uruguai.
SINAE.	Sistema Nacional de Emergência.



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	Tema.....	12
1.2	Problema.....	12
1.2.1	Alcances e Limites.....	13
1.2.2	Justificativas.....	14
1.3	Objetivos.....	15
1.3.1	Objetivo Principal.....	15
1.3.2	Objetivos Específicos.....	15
2.	METODOLOGIA DE PESQUISA	16
2.1	Objeto formal de estudo.....	16
2.2	Delineamento de pesquisa.....	17
2.3	Coleta de dados.....	17
3.	CONCEITOS OPERACIONAIS EN A ATENCAO DE EMERGENCIAS AMBIENTAIS ..	19
3.1	Definições de emergências ambientais.....	19
3.2	O Poder Nacional em relação às emergências sociais.....	25
3.3	O ambiente operacional durante situações de emergência ambiental.....	27
3.4	Fatores de análise para situações de emergência ambiental.....	29
3.4.1	Os factores operacionais.....	29
3.4.2	Os factores da decisão	33
3.5	Situações de emergências ambientais na R.F. do Brasil.....	37
3.6	Situações de emergências ambientais na R.O. do Uruguai.....	42
4.	O EXÉRCITO BRASILEIRO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PUBLICA	48
4.1	Informações gerais sobre a R.F. do Brasil.....	48
4.2	Diretrizes de emprego do exército brasileiro em apoio da sociedade.....	49
4.3	Planejamento e execução de operações em apoio da sociedade.....	61
4.4	Operações realizadas em apoio da sociedade.....	67
5.	O EXÉRCITO URUGUAIO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	76
5.1	Informações gerais sobre a R.O. do Uruguai.....	76
5.2	Diretrizes de emprego do exército uruguaio em situações e emergência.....	78
5.3	Órgãos para coordenação e execução em situações de emergência.....	83
5.4	Operações realizadas para apoio em situações de emergência.....	85
6.	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS.....	91

1. INTRODUÇÃO.

Nos últimos anos, as crises ambientais, definidas por situações de inundações, terremotos, tornados, secas e fortes tempestades, entre outros, se intensificaram ou estão se tornando mais conhecidas, seguindo o avanço tecnológico e o uso dos meios de comunicação de massa.

Tais emergências evidenciaram a necessidade de os Estados estruturarem organizações efetivas e eficientes para atender, em primeira instância, as necessidades da população, com particular efeito na garantia das condições básicas de sobrevivência e bem-estar das pessoas que sofrem para os efeitos das situações de emergência mencionadas.

Os Ex. da R.F.B., bem como o Ex. da R.O.U., como membros dos Ministérios da Defesa Nacional (em diante M.D.N) desses países, foram chamados a colaborar com seus membros e meios orgânicos, para prestar a ajuda necessária, antes a ameaça e / ou ataque de crises ambientais.

Desde a sua formação, as instituições militares mencionadas fizeram parte da realidade da sociedade, realizando tarefas de apoio a diversas situações.

Nessas tarefas, distinguem-se as operações militares, as operações interagências e o apoio civil, todas elas enquadradas na política de defesa nacional.

Esta função do Ex. é vital para o desenvolvimento e apoio dos pilares básico do Estado citando como exemplo a preservação da integridade territorial e soberania das repúblicas, o desenvolvimento de sistemas de treinamento e educação de primeiro nível e a preservação de recursos natural e ambiental, entre outros.

Em situações de crise ambiental, os Ministérios membros dos Estados, coordenam ações e trabalham em conjunto para alcançar linhas de ação oportunas e eficazes para ajudar a sociedade e as diferentes organizações que a compõem, minimizando os danos causados pelas crises.

No Brasil, existe o Centro Nacional de Gestão de Riscos e Desastres (em diante C.N.G.R.D) criado em 2005 com o objetivo de gerenciar as ações estratégicas de preparação e resposta a desastres no território nacional e no espaço internacional.

Para este fim, o Estado Uruguaio criou em 2009 o Sistema Nacional de Emergência (em diante SiNAE.), órgão onde se desenvolve um escopo de coordenação da gestão integral de risco em situações de emergência nacional.

Quanto à organização do Estado Brasileiro, encontramos o Ministério da Integração Nacional (em diante M.I.N.), criado em 2009, que possui tarefas como a Defesa Civil, entre outras.

Da mesma forma, em 2016, no Governo do Brasil, foi criado o Conselho Nacional de Redução de Riscos e Emergências (em diante C.N.R.R.E.), com a participação de interessados do Estado e da sociedade, que podem fornecer meios para prevenção e ação em situações de emergência.

As organizações mencionadas são responsáveis por coordenar, planejar e preparar os planos de ação do Estado antes das crises ambientais e outras situações de emergência, nucleando todos os atores estatais e privados, que podem fornecer meios e recursos, para alcançar o bem-estar da população, bem como o estado de ordem e segurança necessários para o retorno à normalidade.

No período compreendido entre 2015 e 2017, os Ex. da R.F.B. e da R.O.U. contribuíram com seus recursos humanos e materiais, durante a ativação dos esforços dos Estados, para lidar com emergências ambientais, em apoio à sociedade, fazendo diferentes tipos de operações no território nacional.

A contribuição que essas instituições proporcionam à sociedade é transcendental, nos momentos em que a tristeza, o caos, a incerteza, sujeitam grande parte da população afetada por situações de emergência.

A existência das organizações militares mencionadas implica aos Estados, o poder de ter uma ferramenta de eficácia e eficiência, para ser usado nas horas mais difíceis.

Em situações em que a sociedade sofre momentos de privação e perda, o Ex., membros das FF.AA. prestam seu serviço à Pátria, sendo portadores de pilares peregrinos, como sacrifício, abnegação, disciplina, desinteresses, coragem, honra e lealdade, que lhe permitem realizar a unidade coordenada, integrada e sincronizada de todos os meios orgânicos com os quais contam, para atingir o objetivo mais importante que lhe é atribuído:

"A preservação da vida e da segurança dos membros da sociedade".

1.1 TEMA.

O presente trabalho tem como tema “Emprego dos Ex. do Brasil e do Uruguai para o desenvolvimento de operações de apoio à sociedade, durante situações de emergências ambientais”. Este é, portanto, o assunto que se deseja desenvolver um estudo sobre como o Ex. brasileiro e uruguaio utiliza seus recursos humanos e materiais, sempre que são chamados para enfrentar situações de emergência ambiental, cada vez mais visíveis no contexto nacional e internacional, através de avanços tecnológicos no campo da comunicação social.

Desta forma, pretende-se estabelecer claramente a importância deste tipo de operações e qual o seu real impacto para as instituições militares acima mencionadas e para a sociedade.

1.2 O PROBLEMA.

O uso de recursos humanos e materiais do Ex. brasileiro e uruguaio para realizar operações de apoio à sociedade em situações de emergência social implica planejamento detalhado, coordenação e integração entre diferentes entidades dos Estados.

A participação de meios militares em tais situações infelizes para os membros da sociedade, apresenta uma das primeiras soluções iniciais utilizados pelos Estados para enfrentar as calamidades que assolam membros das sociedades brasileiras e uruguaias.

Mencionado apoio com meios militares é projetado em todo o estado de emergência ambiental, incluindo em instâncias posteriores, onde os exércitos são pilares fundamentais na reconstituição da ordem social em todas as suas facetas.

Embora os estados ambientais de emergência sejam situações que têm acontecido ao longo da história da humanidade, é nesta última metade deste século, onde eles têm um impacto mais acentuado na sociedade, através do avanço tecnológico aplicado na telecomunicações.

Assim, os recursos militares utilizados em tais situações estão cada vez mais presentes nas notícias nacionais e internacionais, podendo ser perpetuados como um elemento de imagem positiva no atual sentido de cidadania.

A estrutura jurídica nacional e institucional de emprego dos Ex. brasileiro e uruguaio permite que eles permaneçam constantemente treinados e equipados para enfrentar uma ampla gama de situações de emergência ambiental, o que contribui grandemente para a rápida reposta dos Exércitos, bem como a minimização dos efeitos adversos causados por essas crises e o subsequente retorno à ordem e à seguridade social.

Uma peculiaridade em comum às forças consideradas neste estudo e que ampliam o sucesso no desenvolvimento de operações de apoio à sociedade durante o curso de emergências ambientais, é a conservação de princípios e valores nobres, que se encontram na base da sociedade e são projetados como um exemplo para todos os seus membros.

Dentro destes pilares institucionais encontramos honra, abnegação, coragem, altruísmo, que, acompanhados de empatia e responsabilidade, são o reflexo que cada um dos membros das instituições militares projeta para a sociedade, durante a realização das tarefas de assistência social.

Assim, a presente investigação busca esclarecer a forma como os recursos militares são utilizados em situações de emergência ambiental, bem como valorizar a preciosa contribuição que os Ex. proporcionam à sociedade e aos Estados, naquelas situações em que o perigo é latente, onde os infortúnios de cada um dos membros das sociedades, se tornam causa própria de cada membro das instituições militares, cumprindo-os com o dever mais sagrado que lhes é confiado, a preservação da vida e a segurança dos os compatriotas em uma sociedade de estado de bem-estar.

1.2.1 Alcances e Limites.

Um aspecto importante reside na delimitação institucional para a realização do presente estudo. Nesse escopo, cabe ressaltar o papel dos M.D.N. de Brasil e Uruguai, quem é responsável pela coordenação das ações políticas e estratégicas destinadas à Defesa Nacional, contando para isso com as FF.AA., integradas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea. (PND, 2012- Brasil)(PDN 2014–Uruguai).

Tomando por base essas definições e sabendo que as FF.AA possuem missões variadas e complementares na Defesa Nacional, essa pesquisa investigará somente o emprego dos elementos constituintes dos Ex. do Brasil e Uruguai pelo apoio da sociedade em situações de crise ambiental, no período entre os anos 2014 e 2017.

1.2.2 Justificativas.

Durante crises e emergências ambientais que ocorreram no R.F.B. e na R.O.U., de 2013 até à data, diferentes atores públicos e privados participaram do mesmo, entre os quais encontramos as FF.AA., que contribuíram com recursos humanos e materiais para contrariar os efeitos das crises e restabelecer as condições bem-estar básicos na sociedade.

O presente estudo oferecerá uma visão das atividades que os Ex. acima mencionados desenvolveram, trabalhando para a assistência da sociedade, em situações de crise ambiental.

As diferentes formas de ação dos Exércitos, semelhanças e diferenças do emprego serão analisadas e, eventualmente, poderão chegar a conceitos importantes a serem considerados para futuros empregos.

Os conhecimentos detalhados das formas de ação dos meios de comunicação que os Exércitos. comprometem, no cumprimento de missões de apoio à sociedade, durante crises ambientais, contribuem, em grande medida, para manter alta a imagem institucional, fortalecendo os laços com a sociedade e organizações internacionais.

O uso dos meios materiais e recursos humanos dos Exércitos pode ser considerado como pedra fundamental para entender as ações de meios militares, nas missões subsidiárias que atualmente executam em apoio à sociedade.

Assim, o desempenho do pessoal militar em apoio a crises ambientais tem um impacto nos diferentes campos do poder nacional, particularmente no político e psicossocial, desempenhando tarefas que são de benefício primário para o bem público, a segurança individual das pessoas e estabilidade social.

1.3 OBJETIVOS.

1.3.1 Objetivo Principal.

O objetivo principal do trabalho é analisar o emprego dos meios e recursos dos Ex. da R.F.B e R.O.U., durante a participação em operações de apoio e atenção a situações de emergência nacional e crises ambientais, identificando formas de ação, aspectos em comum, a fim de proporcionar conhecimentos úteis sobre o assunto.

1.3.2 Objetivos específicos.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo principal de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a. Analisar o emprego do Ex. da R.F.B. e R.O.U. em determinadas situações de catástrofes naturais e crises ambientais.
- b. Analisar a organização e os meios fornecidos pelos Ex. para lidar com situações de crise ambiental.
- c. Determinar os benefícios oferecidos à sociedade pelas operações realizadas pelo Ex. do Brasil e Uruguai.
- d. Determinar semelhanças, diferenças e aspectos para melhorar entre as ações do Ex. mencionado, fornecendo conhecimento útil no material, a ser levado em consideração nas operações futuras.



2. METODOLOGIA DE PESQUISA.

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para desenvolver o presente trabalho, mostrando o caminho percorrido para atingir os objetivos definidos e solucionar o problema do estudo em questão.

Para isso, os seguintes tópicos foram abordados:

2.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

Para a perfeita compreensão do estudo que foi realizado por meio da presente pesquisa, tornou-se necessário elucidar alguns termos ligados ao título do trabalho em pauta para uma melhor compreensão da linha desenvolvida no mesmo.

2.1.1 Emprego dos Exércitos.

Atualmente, os Exércitos referidos são compostos por recursos humanos e materiais, que compõem uma força de aplicação da terra, cuja missão principal é a defesa da soberania e integridade territorial do país.

Ao mesmo tempo, colaboram com a manutenção da segurança e do bem-estar social através da realização de diversas operações de apoio à sociedade.

De acordo com as políticas públicas de cada país, os recursos do Exército podem ser utilizados em uma gama variada de atividades, que têm forte impacto na sociedade.

2.1.2 Emergências ambientais.

São situações de crise, onde há sérios danos às pessoas e os efeitos materiais delas, bem como muitas estruturas críticas da sociedade, por causa da manifestação violenta de efeitos meteorológicos adversos, que enfatizam as forças naturais do meio ambiente. de uma região considerada.

Muitas vezes essas crises podem ser causadas pelos efeitos adversos de situações de acidentes gerados pela ação do ser humano, durante o funcionamento de materiais ou elementos que produzem acidentes ambientais na população.

2.1.3 Operações de apoio à sociedade.

Atividades desenvolvidas pelas organizações públicas e privadas que compõem a sociedade, reguladas por políticas de integração pública, coordenadas por órgãos governamentais especializados, que buscam fornecer recursos básicos à população, em situações de emergência, onde é prudente reestabelecer bem-estar social rápido e eficaz.

2.2 DELINEAMENTO DE PESQUISA.

Quanto à natureza, o presente estudo caracterizou-se por ser uma pesquisa aplicada, por ter finalidade prática, qual seja, analisar qual é a contribuição dos meios utilizados pelas forças armadas, durante a execução de operações de apoio à sociedade, em situações de emergências ambientais.

Esta pesquisa será qualitativa, por não trabalhar com variáveis e por ter caráter mais subjetivo quanto ao problema proposto. É também uma pesquisa descritiva, por descrever a presença militar norte-americana e suas características, nos dias atuais, na referida área.

É ainda uma pesquisa bibliográfica, por ser desenvolvida com base em livros, revistas, jornais, sites de internet, ou seja, material acessível para o público em geral.

O delineamento de pesquisa contemplou as fases de levantamento e seleção da bibliografia, coleta dos dados, leitura analítica, relacionamento das fontes, consolidação das informações, apresentação dos resultados, argumentação e discussão.

2.3 COLETA DE DADOS

Para a definição de termos e estruturação da análise que viabilizasse a solução do problema de pesquisa foi realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

2.3.1 Fontes de busca

- Trabalhos de Conclusão de Curso presentes na Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército ou disponibilizados em mídia;
- Publicações estatais e privadas;
- Artigos da mídia encontrados na rede mundial de computadores.

2.3.2 Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português e espanhol.
- Material relacionado a fatos recentes (a partir de 2014);
- Material relacionado a fatos mais antigos que possuam relação com a atualidade;
- Material referente ao histórico dos países em questão;
- Estudos qualitativos e quantitativos que abordem o assunto em tela;

2.3.3. Critérios de exclusão:

- Estudos não relacionados ao assunto em tela;
- Material que trate da tematic anterior ao ano 2014.
- Estudos publicados em idiomas diferentes dos critérios de inclusão.

3. CONCEITO OPERACIONAIS EM A ATENCAO DE EMERGENCIAS AMBIENTAIS.

3.1 DEFINIÇÕES DE CONCEITOS UTILIZADOS DURANTE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS.

No contexto das operações atualmente realizadas pelos Ex. da R.F.B. e da R.O.U., em apoio à sociedade, em situações de emergências ambientais, devemos definir os conceitos que fornecem um conteúdo útil para a compreensão das dimensões que englobam essas situações, bem como os limites de conteúdo que essas atividades implicam.

3.1.1 Definição de situação.

Conjunto de fatores ou circunstâncias que afetam alguém ou algo em um determinado momento.¹

3.1.2 Definição de emergência.

Derivado do latim *emergens, -entis* 'emergente'.

f. Perigo ou situação de desastre que requer ação imediata.

3.1.3 Definição de ambiente.

Derivado do latim *ambiens, -entis* ao redor ou perto.

1. adj. Isso que envolve algo ou alguém como um elemento do ambiente deles.

3. m. Conjunto de condições ou físicas, sociais, econômicas, etc., de um lugar, uma comunidade ou uma época.

3.1.4 Definição de meio ambiente.

1. m. médio (|| conjunto de circunstâncias externas a um ser vivo).

Conjunto de fatores naturais, sociais e culturais existentes em um lugar e em um momento particular que influenciam as pessoas e seu ambiente social.

3.1.5 Definição de catástrofe.

Evento que produz grande destruição ou dano.

Evento fatídico que altera a ordem regular das coisas, podendo ser natural ou causado pelo homem.

¹ Real academia espanhola. (2018). Dicionário da língua espanhola (22ª ed.). Madri, Espanha: Autor. Recuperado de: <http://dle.rae.es/>.

3.1.6 Definição de catástrofe natural.

Qualquer evento inesperado criado pela natureza, cujas manifestações ocorram na forma de danos materiais e pessoais de grande magnitude.

3.1.7 Definição de ameaças hidrometeorológica.

Processos ou fenômenos naturais de origem atmosférica, hidrológica ou oceanográfica, que pode causar morte ou ferimentos, danos materiais, interrupção da atividade social e degradação econômica ou ambiental.²

3.1.8 Definição de ameaças naturais.

Processos ou fenômenos naturais que ocorrem na biosfera que podem resultar em um evento prejudicial e causar morte ou ferimentos, danos materiais, interrupção da atividade social e econômica ou degradação ambiental.

Os riscos naturais podem ser classificados por origem em: geológico, hidrometeorológico ou biológico. Fenômenos ameaçadores podem variar em magnitude ou intensidade, frequência, duração, área de extensão, velocidade de desenvolvimento, dispersão espacial e espaçamento temporal.

3.1.9 Definição de desastre.

Interrupção grave do funcionamento de uma comunidade ou sociedade que cause perdas humanas e / ou significativas perdas materiais, econômicas ou ambientais; que excedam a capacidade da comunidade ou sociedade afetada para lidar com a situação usando seus próprios recursos.

Um desastre é uma função do processo de risco. Resulta da combinação de ameaças, condições de vulnerabilidade e capacidade insuficiente ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco.

3.1.10 Definição de risco.

Probabilidade de consequências prejudiciais ou perdas esperadas (mortes, ferimentos, propriedade, meios de subsistência, interrupção da atividade econômica ou deterioração ambiental) resultantes de interações entre ameaças naturais ou antropogênicas e condições de vulnerabilidade.

Convencionalmente, o risco é expresso pela expressão $\text{Risco} = \text{Ameaças} \times \text{vulnerabilidade}$.

3.1.11 Definição de mitigação.

Medidas estruturais e não estruturais realizadas para limitar o impacto adverso de ameaças naturais e tecnológicas e a degradação ambiental.

3.1.12 Definição de situações de emergências ambientais

São aqueles conjuntos de circunstâncias, gerados por efeitos do meio ambiente, nos quais ocorrem eventos naturais de grande magnitude, causando danos pessoais e materiais à sociedade e a todos os seus componentes, e devem ser tratados imediatamente, a fim de evitar danos. idosos e alcançar a preservação da vida humana e as condições básicas de bem-estar social.

Para os fins desta investigação, os seguintes eventos naturais adversos são considerados:

3.1.12.1 Inundações.²

Uma inundação é o avanço das águas sobre áreas geralmente secas. Pode ser produzido pelo transbordamento de rios, lagos e reservatórios devido a chuvas torrenciais ou à quebra de barragens ou barragens.

São identificados dois tipos de inundações: a) ribeirinhos, que são graduais e estão associados a grandes bacias e, b) drenagem de áreas urbana e associada a pequenas bacias.

As medidas de prevenção mais eficazes são, para o primeiro tipo, não habitar as zonas inundáveis e, por segundo, realizar os trabalhos necessários que permitam uma drenagem efetiva.³

3.1.12.2 Fogos Descontrolados.

Som fogo sem controle que destrói o que não estava destinado a ser queimado.

Existem diferentes tipos: é chamado de "campo de fogo" quando afeta uma área rural com vegetação, "incêndios florestais" se essa área é arborizada, e "fogo estrutural" quando afeta edifícios.

Situações mistas ocorrem com frequência na zonas costeiras "fogos interfase" são comuns, isto é, aqueles que se desenvolvem em áreas de vegetação abundante que também envolvem habitações ou outras estruturas.

² Estratégia Internacional para Redução de Desastres (2009). Terminologia. Recuperado de www.idrc.ca.

³ Sistema Nacional de Emergência (2018). Site Oficial. Uruguai. Recuperado de <http://sinae.gub.uy>.

3.1.12.3 Fogos em estrutura.

Os incêndios domésticos têm características diferentes: embora afetem espaços limitados, seu impacto na integridade das pessoas e no bem-estar das famílias é geralmente maior. A fonte mais freqüente de incêndios estruturais é o uso de dispositivos de aquecimento e sobrecarga elétrica.

3.1.12.4 Tempestades, chuvas fortes e ventos fortes.

Uma tempestade é uma descarga repentina de eletricidade atmosférica que se manifesta por um breve relâmpago (relâmpago) e por um estrondo (trovão); ocorre na presença de nuvens convectivas (cumulonimbus).

É um evento de curta duração e geralmente é associado a chuvas ou granizo. Uma forte tempestade também gera fortes rajadas de vento e pode formar tornados.

Eles também podem afetar a população como um todo, especialmente se forem atingidas rajadas superiores a 75 km por hora.

3.1.12.5 Ondas de calor ou frio.

A persistência de uma sensação térmica alta ou baixa pode afetar nossa saúde. Há um cuidado geral para evitar os riscos associados e recomendações específicas para atuar em os casos de excesso de calor, insolação e exposição ao frio extremo.

Excesso de calor é a situação causada por um aquecimento anormal do corpo em um período de tempo relativamente curto e a insolação é a situação mais extrema de excesso de calor.⁴

3.1.12.6 Secas extremas.

A Real Academia Espanhola define como "tempo seco a longo prazo. Durante o período de seca, a água disponível de uma região geográfica está abaixo dos parâmetros usuais, por isso não é suficiente para satisfazer as necessidades de seres humanos, plantas e animais".

Já a Meteorologia é definida como "Condições anormalmente secas em uma área específica que é prolongada devido à falta de chuvas e causando sérios desequilíbrios hidrológicos".⁵

⁴ Página de conceitos e definições (2018). Venemedia. Espanha Recuperado de <http://conceptodefinicion.de>.

⁵ Real academia espanhola. (2018). Dicionário da língua espanhola (22ª ed.). Madri, Espanha: Autor. Recuperado de: <http://dle.rae.es/>.

Dependendo da duração e frequência, há secas sazonais e secas contingentes.

Secas sazonais geralmente ocorrem em regiões tropicais, em áreas com uma estação seca bem definida que segue períodos de chuva. Todos os anos esta seca é esperada devido ao comportamento climático e corresponde à estação seca em cada país.

Secas contingentes são aquelas que ocorrem quando há ausência de água durante um período que é normalmente abundante, devido à variabilidade, principalmente ano a ano.

3.1.12.7 Terremoto.

Tremor violento da crosta e do manto da Terra, causado por forças que atuam no interior da Terra.

Movimento sísmico cujo epicentro está localizado no continente.⁵

3.1.12.8 Avalanche.

Grande massa de um material que é destacado por um declive, correndo através dele.

3.1.12.9 Dengue.

A dengue é uma doença causada pelo chamado vírus da dengue. É uma doença que é transmitida aos humanos pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. Para transmitir a doença, o *Aedes aegypti* deve ter mordido uma pessoa infectada antes de transmiti-la a outras pessoas saudáveis.

3.1.12.10 Aftosa.

A febre aftosa é uma doença viral, muito contagiosa, com curso agudo que afeta animais domesticados e silvestres; É caracterizada por febre e formação de vesículas, principalmente na cavidade oral, focinho, espaços interdigitais e corredores coronários dos cascos.

Caracteriza-se atualmente como a doença animal para cuja prevenção ou combate há mais recursos no mundo. Sua importância deriva do dano direto à produção pecuária e à produtividade que gera implicações socioeconômicas, especialmente nos mercados internacionais de animais, produtos e subprodutos de origem animal; bem como os altos custos públicos e privados investidos para sua prevenção, controle e erradicação.

3.1.12.11 Derrames de materiais perigosos.

Um incidente com mercadorias perigosas pode ocorrer em qualquer parte do país, a qualquer hora do dia e afetar grandes áreas. A possibilidade de danos, explosões ou incêndios dos contentores ou veículos de transporte, ou o derrame dos produtos, constitui um risco para a população e para o ambiente.

De acordo com a tipologia do acidente, é possível que uma única organização não seja auto-suficiente para responder, avaliar, mitigar, limpar e realizar a disposição das mercadorias perigosas envolvidas e será necessária uma combinação adequada de esforços interinstitucionais.



Figura No. 1: Situações de emergências ambientais.

Fonte: Própria autoria.

3.2 O PODER NACIONAL EM RELAÇÃO ÀS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS.

Quando ocorrem estados de emergências ambientais, como inundações, fogos descontrolados, ondas de seca ou frio, todos os membros da sociedade vêm como os efeitos dessas situações afetam dramaticamente parte da sociedade.

Assim, os Governos dos países, como órgão dirigente, deve empregar imediatamente os sistemas de proteção social preparados para enfrentar tais eventos.

Nesse momento de crise integram-se várias organizações estatais e privadas, das quais se nutrem as forças que fornecem os recursos humanos e materiais para lidar com situações de infortúnio, tentando reestruturar prontamente os serviços essenciais que são necessárias para satisfazer as necessidades básicas dos membros da sociedade que sofrem os efeitos adversos.

O Poder Nacional é a capacidade de um grupo de homens e dos meios que constituem uma nação, atuando de acordo com a vontade nacional, para alcançar e manter objetivos nacionais.⁶

Conceitos como integração, cooperação e coordenação entre todos os atores envolvidos em situações de emergência são de primordial importância, fazendo com que os esforços para alcançar o estado de normalidade sejam colocados no horizonte a ser alcançado.

As primeiras ações, estruturas e estratégias de proteção e segurança dirigidas à população na maioria dos países do mundo, foram realizadas nos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial.

É então que o conceito de Defesa Civil surge como um sistema preventivo, defensivo e restaurador de áreas em risco ou perigo de catástrofes, ou que já as sofreram.

Sua função é conter a população, aconselhá-la, preveni-la, ajudá-la a recuperar-se das perdas sofridas, coordenar e consertar ações, para proteger seu povo e seus bens em situações de emergência, causados pela natureza ou pelo próprio homem, para que se não é possível evitá-los, causar o menor dano possível e obter uma recuperação rápida e eficaz, distribuindo racionalmente os meios.

⁶ EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre. 1º Edição, 2014. Folha. 3-1.

Para realizar as tarefas inerentes à Defesa Civil, todas as expressões do Poder Nacional são integradas como elementos de vital importância em circunstâncias especiais, onde devem ser feitos esforços para combinar os recursos humanos e materiais necessários ao retorno precoce ao estado de bem-estar social e segurança pública.

As atividades envolvidas na defesa civil são enquadradas no contexto de segurança e defesa nacional, necessárias ao desenvolvimento da sociedade e dos estados, em um ambiente de prosperidade e bem-estar comum.

É assim que os integrantes da sociedade, como um todo, precisam desenvolver suas capacidades individuais e grupais em um ambiente estável que permita seu desenvolvimento produtivo, com objetivos de prosperidade, buscando obter o bem-estar necessário.

Entendemos por segurança a condição que permite ao país preservar sua soberania e integridade nacional, promover seus interesses nacionais, livre de pressões ou ameaças e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais.⁷

A Defesa Nacional é um conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar do Poder Nacional, para a defesa do território, soberania e interesses nacionais contra ameaças externas, concretas ou potenciais.⁶

O Poder Militar é a expressão do poder nacional constituída de meios predominantemente militares de que dispõe a nação para, sob a direção do Estado, promover pela dissuasão ou pelo emprego gradual e controlado da força, a conquista dos objectivos nacionais.⁸

A Defesa Nacional constitui um direito e um dever de toda a cidadania, na forma e nos termos que estabelece para Constituição da República e nas leis.

É um bem público, uma função essencial, permanente, não delegável e integral do Estado. Em sua instrumentação, as energias e recursos da sociedade como um todo convergem em coordenação.

⁷ EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre. 1º Edição, 2014. Folha. 2-1

⁸ EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre. 1º Edição, 2014. Folha. 3-1

A R. F. do Brasil, bem como a R.O. do Uruguai, tem em sua estrutura governamental, planos de implementação de políticas públicas, que auxiliam a manutenção da defesa nacional em toda a extensão do território desses países, o que permite a efetiva interação entre o setor público e o setor privado, cooperando com o propósito político essencial de promover o bem geral.

O campo da defesa civil foi ampliado, lidando com emergências que podem surgir em tempos de paz e que afetam coletivamente a população.

O que é sempre procurado é atuar em Situações de Emergência, tendo ações diferentes, bem como elaborar um Plano de Prevenção oferecendo instruções sobre como atuar para repetir este evento, bem como prestar assistência às vítimas, contando com diferentes estratégias e campos de aplicação dependendo do causas e fatores que causaram este evento inesperado e trágico e que requer a Declaração de Emergência em uma área, região ou país específico.

3.3 O AMBIENTE OPERACIONAL DURANTE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL.

Atualmente, o ambiente no qual as forças militares são empregadas é cada vez mais dinâmico, combinando uma variedade de operações, nas quais vários membros do Estado interagem.

Após o término dos grandes conflitos mundiais, os Estados começaram a tomar consciência da real importância da realização de atividades e planos de apoio ao bem-estar social e à reconstrução daquelas sociedades submetidas aos efeitos da guerra.

Com o surgimento de organizações de cooperação internacional para a paz mundial e a segurança internacional, como as Nações Unidas(em diante O.N.U) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (em diante O.T.A.N.), entre outros, esforços humanitários começaram a ser vistos em todo o mundo em busca da preservação da segurança e bem-estar das sociedades.

Embora os desastres naturais tenham tido um lugar na história da humanidade, com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento do potencial humano, foi estabelecido que o meio ambiente continuará a ser degradado, acelerando as mudanças climáticas.

3.4 FACTORES DE ANÁLISE PARA SITUACIONES DE EMERGENCIA AMBIENTAL.

O desenvolvimento de situações de emergência ambiental ocorre dentro de um ambiente complexo e dinâmico, onde a prudência e segurança no uso dos meios disponíveis no Estado, são elementos essenciais para minimizar os efeitos catastróficos dos fenômenos naturais sobre o meio ambiente, população e recursos básicos de subsistência.

A fim de alcançar a melhor compreensão possível das situações de emergência, os órgãos a serem empregados durante eles devem procurar considerar um método de análise que permita que a situação seja esclarecida imediatamente e guie o uso da mídia efetiva e eficientemente.

Nesse sentido é considerado o estudo de fatores operacionais e fatores de decisão, considerados nos sistemas de planejamento militar utilizados pelo Ex. da R.F.B. e da R.O.U.

3.4.1 Os fatores operacionais.

São aspectos militares e não militares que diferem de um outro ambiente operacional, no qual os recursos humanos e materiais empregados são afetados.

Estes descrevem os efeitos do ambiente operacional em que as operações são realizadas, bem como a influência da população sobre estes, considerando a dimensão humana, física e informacional.⁹

A imagem a seguir mostra os fatores operacionais e sua inter-relação:



Figura N° 3. Factores Operacionais.

Fonte: EB20-MC-10.211.

⁹ EB20-MC-10.211. Processo de planejamento e condução de operações terrestres. 1º Edicao. 2014. Folha 2-7.

Durante o uso de meios militares em operações em situações de emergência ambiental, o estudo de fatores operacionais permite uma análise mais detalhada de como o ambiente operacional se desenvolve durante a crise, permitindo maximizar a interação entre os atores. envolvido nisso, permitindo manter um estado de precaução e preservação dos meios empregados, aumentando seu uso efetivo e eficiente.

3.4.1.1 Dimensão humana.

3.4.1.1.1 *Fator Militar.*

A análise correta das capacidades e limitações dos meios militares utilizados durante o desenvolvimento de emergências ambientais é de grande importância, uma vez que são atualmente uma das principais ferramentas disponíveis para os Estados lidarem crise de grande magnitude.

O uso de meios militares contribui para a sinergia que estes geram por possuírem um sistema organizado que permite a interação entre todos os componentes da estrutura militar, mantendo uma importante independência inicial dos recursos humanos e materiais do Estado.

A atual implantação das forças militares de um país, que permite a manutenção da integridade territorial do país, significa que a ação imediata de seus meios produz um efeito inicial de contenção, em resposta às necessidades básicas exigidas pelas populações afetadas pelos efeitos adversos de situações de emergência ambiental.

3.4.1.1.2 *Fator Político.*

A interação entre os atores políticos, durante o desenvolvimento de suas atividades habituais, permite que, antes dos momentos de grandes crises, eles possam coordenar ações e colaborar em um clima de cooperação e compreensão, que se projeta para além dos partidos políticos, buscando estabelecer uma sinergia positiva entre a política, trabalhando por uma causa comum que é de interesse nacional.

É em situações de emergência, onde todos os interesses partidários devem assegurar a ativação imediata de procedimentos políticos, o que tende a gerar a interação necessária entre organizações estatais e atores privados e internacionais, para alcançar a oportunidade e a prontidão necessárias. reduzir os efeitos devastadores das emergências ambientais.

Quando os cidadãos de uma sociedade sofrem os efeitos de grandes catástrofes, a solidariedade e a cooperação devem estar presentes em todos os membros da sociedade como um todo, uma vez que o bem-estar social inclui a soma de todas as energias existentes nas organizações e instituições que é composto de sociedade, tendendo a recuperar o estado de segurança e bem social.

3.4.1.1.3 *Fator Economico.*

A economia de um Estado mantém os recursos materiais e financeiros dentro da própria organização das estruturas públicas e privadas.

Em situações de grandes catástrofes, muitas vezes é necessário contar com os recursos de empresas públicas e privadas, para abastecer a mídia envolvida no alívio e reestruturação da ordem e da segurança pública.

Para isso, deve ser mantido um sistema de gestão dos recursos acima mencionados, a fim de reestruturá-los e reverter as despesas financeiras aos contribuintes.

O sistema para obter, distribuir e consumir recursos financeiros deve ser meticulosamente governado pelos princípios de medida justa, clareza e transparência institucional.

3.4.1.1.4 *Fator Social.*

Quando emergências ambientais são mencionadas, o entendimento de que todas as ações realizadas pelos atores participantes das operações tem efeito imediato sobre a sociedade, seja positiva, neutra ou negativa, torna-se de vital importância.

É por isso que todos os participantes que realizam atividades dentro dos programas de prevenção e combate a situações desse tipo têm que manter um perfil de ação, guiado por um forte vínculo de humanidade, ajuda social e desinteresse pessoal.

Isso deve considerar a estrutura social que rege o ambiente em que as operações são realizadas, visando principalmente garantir os direitos básicos da população, direitos humanos e bem-estar social.

É de vital importância ter em mente os valores culturais, religiosos, valores, costumes e comportamento que existem na área de operações.

3.4.1.2 Dimensão física.

3.4.1.2.1 *Fator da Infraestrutura.*

Durante o planejamento e formulação de soluções para lidar com situações de emergência ambiental, deve-se considerar a existência de infra-estruturas básicas, com as quais os meios a serem empregados devem contar, a fim de proporcionar o bem-estar necessário aos membros da sociedade afetados para os efeitos das calamidades.

Nesse aspecto, deve-se fazer uma pesquisa sobre as áreas essenciais, como hospitais, abrigos, acomodações para grandes multidões, setores de higiene, áreas de cozinha, áreas de cuidados infantis, áreas de cuidados para idosos, entre outros.

É necessário considerar que muitas dessas instalações podem pertencer a entidades privadas, que podem estar localizadas dentro da área de implantação de operações de ajuda humanitária, razão pela qual os esforços devem ser coordenados em busca do apoio necessário dos mesmos.

3.4.1.2.2 *Fator do Ambiente Físico.*

No desenvolvimento de situações de emergência ambiental, é fundamental contar com informações precisas e qualificadas dos especialistas em meteorologia, combate a desastres naturais, engenheiros civis, entre outros.

O conhecimento correto da área afetada pela crise, permite um planejamento atualizado, coordenam esforços e melhor integram os meios a serem utilizados durante o operações.

3.4.1.2.3 *Fator do Tempo.*

O análise detalhado do tempo é essencial para realizar operações que tenham efeitos positivos na sociedade.

O tempo decorrido desde o início da crise deve ser considerado permanentemente, a fim de compreender como a sua passagem afeta diretamente o estado de bem-estar dos membros da sociedade afetados.

O curso dos dias tende a agravar situações, causando um estado permanente de ansiedade e dissociação nos habitantes, que vêem suas perdas ampliadas.

Deve-se considerar que as operações não terminam até que tenham atingido um estado de bem-estar social e segurança para todos os membros da sociedade.

3.4.1.3 Dimensão informacional.

3.4.1.3.1 *Fator Informacional.*

Nas operações de apoio à sociedade, busca-se manter informados os mesmos membros, fomentando um clima de confiança nas instituições e nos meios utilizados nas operações.

Isso geralmente permite unir forças entre os mesmos membros da sociedade, que buscam fornecer suporte à mídia de diferentes maneiras.

Os meios de comunicação de massa devem estar permanentemente informados das atividades desenvolvidas, sendo estas a principal fonte de apoio à sociedade, para o pleno conhecimento das situações ocorridas durante as emergências ambientais.

A coleta, o processamento, a disseminação e o uso de sistemas de informação devem ser fortalecidos para economizar meios e potencializar o efeito dos meios empregados.

3.4.2 Os fatores da decisão.

Descrevem as características de um ambiente operacional e concentram-se na análise dos elementos que existem, que podem afetar o cumprimento das missões atribuídas aos meios.

Esses fatores permitem ter um conhecimento detalhado das situações de emergência que são desenvolvidas e da maneira como as mídias da milícia serão usadas em cooperação com as organizações estaduais, contribuindo para gerar uma consciência operacional em todos os níveis de comando e comando, durante o desenvolvimento de operações.¹⁰

3.4.2.1 Missão.

É integrado pelo conjunto de atividades e tarefas que os componentes militares desenvolverão, garantindo o conhecimento da intenção das organizações estaduais de alto nível, bem como os esforços que devem ser feitos pelos níveis abaixo.

¹⁰ E.B. 20-MC-10.211 Processo de Planejamento e conducao das operacoes terrestres.Folha 2-9.

A declaração de missão deve considerar os seguintes aspectos:

Que tarefas e atividades serão realizadas em apoio à sociedade, no decorrer de situações de emergência ambiental, priorizando aquelas que são vitais para garantir o bem-estar social, as quais podem incluir a evacuação de pessoas, fornecimento de alimentos, assistência médica, acomodação e reconstrução de infra-estrutura básica, entre outros.

Quando os meios serão empregados, considerando os princípios de tempestividade e prontidão, a fim de reduzir os efeitos adversos das calamidades. Tendo em mente que o fim das operações será determinado pelo governo nacional e que pode ser estendido ao longo do tempo, através da realização de atividades e tarefas específicas em apoio à sociedade.

Onde meios militares serão utilizados, considerando que as emergências ambientais produzem efeitos de grandes magnitudes e intensidades, fazendo com que a ação integrada da mídia possa acontecer ao mesmo tempo em ambientes urbanos e ambientes de campanha, ampliando as áreas de controle e, portanto, o prolongamento dos esforços militares.

Porque as operações de apoio serão executadas durante as situações de emergência ambiental, tornando conhecida em detalhe a intenção dos comandantes superiores, das organizações estatais e o efeito que se pretende alcançar com o desenvolvimento das operações.

3.4.2.2 Inimigo.

No curso de situações de emergências ambientais, o inimigo deixa de ser valorizado na forma de homens ou materiais, definindo-se como o conjunto de condições climáticas adversas que ameaçam a população a efeitos perigosos, destruindo infraestruturas, tirando vidas e causando um dano considerável e caos generalizando.

Esse tipo de adversidade exige emprego permanente de partes especiais no estudo das condições meteorológicas e dos efeitos existentes, como tornados, inundações, incêndios, entre outros.

Também deve ser considerado que a violência desenvolvida pelas mudanças climáticas freqüentemente produz mudanças repentinas de atitudes, exigindo que os meios empregados nas operações tenham planos de contingência atualizados.

3.4.2.3 Terreno e condições meteorológicas.

O desenvolvimento das operações consideradas, exige um estudo correto e atualizado da terra onde a mídia será utilizada, que geralmente cobre grandes áreas, onde há uma multiplicidade de características e peculiaridades que englobam todas as estruturas da sociedade.

As condições meteorológicas são altamente alteradas e afetam diretamente a mídia envolvida nas operações, e devem tomar precauções para realizar atividades e tarefas que apoiem a sociedade.

A evolução das condições meteorológicas nos permite monitorá-las, a fim de estabelecer quais são as prioridades de ação dentro das operações e visualizar corretamente as fases da mesma.

3.4.2.4 Meios.

Esse fator inclui o número e o tipo de tropas que serão usadas durante as operações. Isso deve incluir apoio logístico e interação com elementos da sociedade civil, dado que este tipo de operações faz parte de operações de amplo espectro, onde a sociedade como um todo é afetada.

No estudo correto das situações a serem enfrentadas, é que surgirá a necessidade de contar com tropas especializadas e atores de assistência humanitária.

A quantidade de mídia pode ser permanentemente aumentada ou reduzida, de acordo com a evolução da operação.

3.4.2.5 Tempo.

A avaliação do tempo disponível é de vital importância para fazer um uso correto da mídia e ter previsões logísticas que acompanhem a realidade das ações.

Deve-se considerar que, dada a natureza dos fenômenos climáticos, a mudança radical das condições meteorológicas pode prolongar o tempo das operações ou reduzi-las.

O tempo considerado nas operações inclui o monitoramento operacional, a implantação de recursos, a ajuda humanitária, o estabelecimento de condições de bem-estar social e de segurança pública, bem como a reversão dos meios e a continuidade do monitoramento das situações.

3.4.2.6 Considerações civis.

Em situações de desastre, existem vários direitos humanos que são especialmente importantes. Entre os direitos relevantes nesses casos estão o direito à vida, à alimentação, à saúde, aos serviços médicos, ao abastecimento de água, à moradia, ao vestuário, ao saneamento adequado e ao direito de não ser discriminado.¹¹

É importante manter o conceito de operações orientadas para a evacuação precoce e proteção de pessoas afetadas por desastres naturais, para uma área segura, onde possam receber a assistência adequada.

Neste aspecto reside a essência da eficácia e eficiência na realização das operações, dando prioridade a todas as medidas que possam ser adotadas pelos atores envolvidos nas operações, a fim de reduzir o impacto dos efeitos negativos dos desastres naturais sobre os desastres naturais, a população e seus bens materiais.

Quase todos os países do mundo têm leis que regulam situações de calamidades ou certos aspectos delas. Os governos da R.F.B. e da R.O.U. aprovaram legislação relacionada especificamente ao tema de desastres em áreas como redução de riscos, provisão de assistência e proteção civil.

As situações consideradas durante emergências ambientais mantêm altos níveis de perigo para a população dos Estados, uma vez que causam desastres que surgem em decorrência da vulnerabilidade dos seres humanos, que estão expostos a uma ameaça causada pelos efeitos da natureza.

Os membros envolvidos em operações de socorro em situações de emergências ambientais devem prestar atenção ao comportamento das pessoas por eles afetadas, uma vez que se espera que eles se comportem de maneira razoável, a fim de evitar agravar as consequências danosas dos desastres.

Mas também diante da ocorrência de desastres, o sujeito afetado pode adotar comportamentos que, em vez de conter a situação, agravam-no e acarretam consequências mais sérias aos produzidos pelos efeitos do meio ambiente.

¹¹ Valencia, Eduardo. “Protección de las personas en caso de desastres”.2008.

3.5 SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL NA R. F. DO BRASIL.

O Estado do Brasil tem uma extensão de 8.456.510 quilômetros quadrados de terra, somados a 55.455 quilômetros quadrados de espaço marítimo, enquadrando uma vasta extensão terrestre, marítima e espacial.

Em geral, o clima no Brasil é quente. No entanto, devido ao seu enorme tamanho, existem diferenças climáticas entre as diferentes regiões.

Na região norte, tem um clima equatorial típico, no qual o calor e a umidade predominam devido à proximidade da floresta amazônica. As temperaturas são geralmente altas, entre a média anual de 24 e 26°C, e tem um período de chuvas entre dezembro e maio.

A região Nordeste inclui climas que variam do equatorial úmido ao semi-árido tropical, então as temperaturas médias anuais variam entre 20 e 28°C. É uma região com pouca chuva. Em muitas ocasiões, não há precipitação durante 10 meses.

Na região Centro-Oeste, o clima é tropical com verões chuvosos e invernos secos. As temperaturas médias variam de 18°C no inverno a mais de 25°C no verão.

Na região Sudeste o clima tropical de altitude dos platôs e montanhas do interior é combinado com o tropical das cidades costeiras. O clima no interior é agradável e as temperaturas médias anuais raramente ultrapassam os 18°C, produzindo por vezes geadas. Na costa, as temperaturas são mais altas.

Na região sul, o clima é temperado subtropical e apresenta as menores temperaturas do país e uma grande amplitude térmica. No inverno há geadas e até neve em alguns lugares. As chuvas ocorrem durante todo o ano.

No Brasil, os desastres provocados pelo homem estão se tornando cada vez mais intensos devido ao desenvolvimento econômico e tecnológico. Em muitos distritos, este desenvolvimento causou a deterioração ambiental e agravou as vulnerabilidades dos ecossistemas humanos, contribuindo para aumentar os níveis de insegurança.¹²

As principais emergências ambientais que ocorrem no território brasileiro podem ser incluídas no seguinte resumo:

- Em março de 2004, duas pessoas morreram, outras 35 ficaram feridas e pelo menos 40 mil casas foram danificadas quando uma tempestade de alta intensidade.

¹² Gestão de risco. P.A.H.O.. Organizacao das Nações Unidas. Disponível em : <https://www.paho.org/disasters>.

Esta catástrofe atingiu 40 cidades nos estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com ventos de até 120 quilômetros por hora.

- No mês de setembro de 2009, tempestades severas afetaram os estados do sul do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, embora apenas neste último um tornado foi registrado, afetando cerca de 10.000 habitantes, desbrotando cerca de 500 casas.¹³

- No mês de janeiro de 2010, quase 200 pessoas morreram devido a deslizamentos de terra causados por fortes chuvas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

- Em abril de 2010, pelo menos 251 pessoas morreram, 30 desapareceram e 106 ficaram feridas pelas chuvas que causaram deslizamentos de terra e 300 deslizamentos de terra nas colinas do Rio de Janeiro e municípios vizinhos.

- Em Niterói, uma área adjacente ao Rio, 164 mortes foram confirmadas por avalanches e no Rio de Janeiro as vítimas mortais foram 65.

Atualmente, mais de cinco milhões de brasileiros ainda vivem em cerca de 800 áreas ameaçadas por inundações ou deslizamentos de terra, fenômenos que causam quase 70% dos desastres naturais no país.

- No mês de janeiro de 2011, chuvas intensas acompanharam o isolamento de 33 áreas da cidade de São Paulo. A principal consequência da catástrofe foi o transbordamento de dois rios que são projetados dentro da grande cidade.

A crise causou a morte de 37 pessoas e afetou mais de 100 mil pessoas, devido a deslizamentos de terra e inundações.

O Brasil registrou cerca de 235 mil incêndios florestais em 2015, segundo dados divulgados hoje pelo governo.

- A seca dos últimos meses de 2015 na região norte do Brasil, principalmente na Amazônia, foi agravada pelo fenômeno meteorológico conhecido como "El Niño", que tem efeitos no tempo em toda a região.

¹³ Diário "El País Internacional" Buenos Aires". 8 de setembro de 2009.



Figura N°4 – Efeitos dos deslizamentos de terra no Rio de Janeiro.

Fonte: Foto reporter Vladimir Platonow/ABr .



Figura N° 5 – Efeitos das inundações em São Paulo.

Fonte: Journal El Pais Brasil.

- No mês de janeiro de 2015, mais de 46 milhões e 48 milhões de pessoas começaram a sentir os efeitos da falta de água e corria o risco de racionamento de energia elétrica, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Recife, permanecendo em estado de alerta.

O estado de São Paulo, o mais rico e populoso do país, passou pela mais séria crise de água desde 1930.

A cidade de São Paulo registrou três vezes uma temperatura recorde para a cidade, superior a 35 graus Celsius, mas com uma sensação térmica acima de 40 graus.

Esses desastres ceifaram a vida de pelo menos seis pessoas no estado de São Paulo, vítimas de raios. Cerca de mil árvores caíram na capital regional e dezenas de veículos e casas foram destruídos pelos efeitos das fortes tempestades.

- No mês de novembro de 2015, ocorreu a maior tragédia da história do Brasil, o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (Minas Gerais), o qual provocou a liberação de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos e a formação de uma onda de lama de aproximadamente 10 metros de altura, que deixou um rastro de destruição e morte.

- No mês de fevereiro de 2017 houve uma grande seca na zona semiárida do Ceará, deixando em seu rastro dezenas de esqueletos de vacas, burros e cabras.

A maioria dos animais morreu de sede ou porque a comida não era suficiente.

Embora a seca tenha acompanhado a história dessa área semiárida empobrecida do Brasil, a memória coletiva não lembrava uma pior ou mais longa.

Dos seus 25 milhões de habitantes, pelo menos três milhões sofreram a escassez total de água, um milhão deles no Ceará, segundo dados do governo desse estado.

Desde que a seca se intensificou, o governo começou a trazer água livre para as áreas mais afetadas, utilizando tanques, estimando um consumo de apenas 20 litros por pessoa por dia. bem abaixo do consumo de 110 litros recomendado pelas Nações Unidas.

- No mês de outubro do ano de 2017 ocorreu um incêndio que atingiu o estado de Goiás, tendo queimado mais de 64 mil hectares. A superfície calcinada corresponde a cerca de 25% da área total de conservação de uma grande reserva florestal.



Figura N° 6 – Efeito dos incêndios em áreas florestais no Brasil.

Fonte: Journal “El Pais” do Brasil.



Figura N° 7 – Efeito das secas na região do Ceará

Fonte: Journal “O Globo” do Brasil.

3.6 SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL NA R. O. DO URUGUAI.

O Estado uruguaio tem uma extensão territorial de 176.215 quilômetros quadrados.

O clima no Uruguai é temperado e úmido, com uma média de 17 graus Celsius, com verões quentes e chuvas mais ou menos homogêneas ao longo do ano, sendo o único país da América do Sul que está inteiramente na zona temperada.

A ausência de importantes sistemas orográficos contribui para que as variações espaciais de temperatura, precipitação e outros parâmetros não sejam tão altos.

No Uruguai, onde a influência marítima e continental é notada, a distribuição de chuvas apresenta uma estação dupla de chuvas e é distribuída entre a primavera-verão e o outono, com pico de pico no outono e pico secundário na primavera.

Pela sua latitude, entre 30°S e 35°S, as quatro estações são claramente diferenciadas pela temperatura, mais ainda existe uma tendência de padronizar ou medir o clima do Uruguai, há uma clara diferença entre o norte e o sul do território.

As principais emergências ambientais que ocorrem no território uruguaio podem ser incluídas no seguinte resumo:

- Em 2005, houve uma grande tempestade que afetou três grandes cidades do país, Montevideu, Canelones e Maldonado. Nenhum alerta meteorológico foi produzido, nem por organizações públicas nem por entidades privadas. Os ventos gerados pela grande tempestade eram mais de 180 quilômetros por hora, o que produzia oito mortos e milhares de árvores caídas.

- Em setembro de 2012 houve uma grande tempestade, durante a qual três pessoas morreram em San José, deixando muito mais pessoas feridas na capital. Dói de rotas, árvores e ventos de até 122 quilômetros por hora no sul do país.

- Em dezembro de 2012 houve um tornado na cidade de Dolores, onde três pessoas morreram, árvores caíram, linhas de energia caíram e muitas casas foram destruídas.

- Em fevereiro de 2014, havia 3.500 evacuados devido a inundações e 24 rotas cortadas.



Figura Nº 8 – Efeitos das inundações em Montevidéu 2015.

Fonte: Journal “El Pais” do Uruguai.



Figura Nº 9 – Efeitos das inundações em Durazno 2015.

Fonte: Journal “El Pais” do Uruguai.

- No mês de agosto do ano de 2015 ocorreram grandes chuvas que causaram graves inundações em várias regiões do país. Durazno era o departamento com o maior número de pessoas deslocadas de suas casas, como resultado das chuvas e inundações. Segundo o último relatório do SINAIE, havia um total de 2.326 pessoas deslocadas em todo o país.

- Em dezembro de 2015, chegou a 20.000 deslocados pelas enchentes, foi listado como a pior enchente em 40 anos. O Sistema Nacional de Emergência declarou estado de emergência.

- O ano de 2016 foi marcado no Uruguai por vários desastres naturais. Pelo menos dez pessoas perderam a vida e dezenas ficaram feridas devido aos diferentes eventos climáticos.

O começo foi um aviso de como seria o resto do ano. As fortes chuvas que caíram no território nacional nos últimos dias de dezembro de 2015 causaram grandes inundações no norte do país, deslocando mais de 24 mil pessoas de suas casas.

As inundações continuaram até os primeiros dias de janeiro e os departamentos mais afetados foram Rivera, Artigas, Salto, Paysandú e Río Negro. Segundo os registros, foram as inundações mais importantes em 50 anos. Na segunda-feira, 4 de janeiro, ainda restavam mais de 10 mil pessoas de fora de suas casas.

- O 15 de abril de 2016 será marcado em memória de todos os habitantes de Dolores e uruguaios em geral. Um tornado com ventos de mais de 200 quilômetros por hora atravessou a cidade e em poucos segundos devastou tudo. Cinco pessoas perderam a vida e centenas ficaram feridas.

Em pouco mais de três minutos, o vento destruiu uma cidade que ainda está lutando para se recuperar. Há mais de 100 pessoas que continuam a viver em contêineres e não puderam recuperar suas casas. O governo já destinou mais de US \$ 15 milhões na reconstrução da cidade.

Na mesma data do tornado em Dolores, as inundações afetaram vários departamentos do país. Nesta ocasião, três pessoas perderam a vida: uma em Maldonado, outra em San José e uma terceira em Rocha.



Figura N° 10 – Efeitos das inundações em Uruguay 2016.

Fonte: Journal “El Pais” do Uruguai.



Figura N° 11 – Efeitos do ciclone na cidade de Dolores Uruguai.

Fonte: Journal “El Pais” do Uruguai.

- Em julho, as chuvas mais uma vez trouxeram problemas. Embora o número de deslocados não tenha excedido 150 pessoas, um homem de 59 anos morreu ao tentar atravessar um riacho em Rivera.

O resto dos eventos naturais são mais frios na memória e os departamentos orientais foram os que sofreram as conseqüências. Punta del Este e Piriápolis em duas ocasiões e San Carlos na semana passada recebeu a fúria da natureza.

- Em setembro, as conseqüências não foram além de alguns vidros quebrados, contêineres voadores e barcos viraram em Punta del Este, mas a área de Punta Fría sofreu danos significativos na orla da cidade.

- Em outubro o vento estava mais alto e Punta del Este e Piriápolis sofreram sérios danos alguns meses da temporada de verão. O desfiladeiro de Piriápolis foi destruído em várias seções devido a uma tempestade e alguns edifícios de Punta del Este receberam a fúria das ondas.

Nesta ocasião, Rocha também foi afetado. Dezenas de casas localizadas na praia de Aguas Dulces desabaram pela força do vento e das ondas.

Na madrugada de sexta-feira, foi San Carlos que sofreu uma tempestade. Uma pessoa morreu de esmagamento e cerca de 400 casas foram afetadas. O governo nacional e departamental trabalha para a reconstrução do lugar.

- Em março de 2017 um tremor na área do Cerro foi alertado pelos vizinhos. Os especialistas não conseguiram determinar qual era a causa e em princípio a adjudicaram à atividade pela planta de regaseificação.

-No final de novembro, um terremoto de 3,4 graus na escala Coda, que durou 10 segundos, foi sentido no sul do país. O tremor teve seu epicentro em Las Piedras. Em nenhum dos dois eventos houve dano.

- No mês de dezembro do ano de 2017 ocorreu um incêndio no Parque Nacional de Santa Teresa, no departamento de Rocha, no qual está sob a administração do Exército Nacional (em diante E.N). No combate das tropas de incidentes do Exército, os bombeiros e a Força Aérea intervieram.

- No mês de março do ano de 2018 houve um incêndio que afetou mais de 300 hectares do departamento de Lavalleja, dentro de uma área de proteção ambiental.

Mais de 70 funcionários da Força Aérea e do Ex. foram empregados, que combateram o fogo nas áreas afetadas. Os helicópteros da Força Aérea despejaram mais de 45 mil litros de água na área afetada.



Figura N° 12 – Efeitos do incêndio no Parque Nacional de Santa Teresa 2017.

Fonte: Journal “O Observador” do Uruguai.



Figura N° 13 – Efeitos do incêndio em Lavalleja Uruguai.

Fonte: Journal “O Observador” do Uruguai.

4 O EXÉRCITO BRASILEIRO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA.

4.1 INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A R. F. DO BRASIL.

A R.F.B. tem uma população de cerca de 209.486.000 habitantes distribuídos nos 26 estados e um distrito federal que compõe o país, dentro de uma área de 8.514.880 quilômetros quadrados, o que o coloca como o quinto país na superfície a nível mundial.

A organização do Governo Federal do Brasil inclui 24 ministérios públicos, dos quais se analisará parte da participação e interação entre os Ministérios da Integração Nacional e o Ministério da Defesa.

O M.I.N. foi criado em 1999 e, no âmbito das suas funções tem a proteção e a defesa civil, articulada pelo Sistema Nacional de Proteção Civil e Defesa.

Este sistema é regido pela Política Nacional de Proteção Civil e Defesa - PNPDEC, cujos objetivos e instrumentos são utilizados para gerenciamento de risco de desastres e gerenciamento de desastres, a fim de assegurar condições sociais, econômicas e ambientais adequadas para garantir a segurança, dignidade da população e garantia da promoção do desenvolvimento sustentável.

O Ministério da Defesa (em diante M.D.) abrange os recursos humanos e materiais da Marinha, do Exército e da Força Aérea do Brasil (em diante F.A.B.), com um total de aproximadamente 366.614 membros.

O Exército Brasileiro (em diante E.B.), como membros das FF.AA., tem aproximadamente 214.941 membros, distribuindo seus recursos humanos e materiais em oito comandos militares, localizados em todo o território nacional.

O E.B. tem a missão de contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, da salvaguarda dos interesses nacionais e da cooperação com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para fazer isso, prepare a Força Terrestre, mantendo-a em estado permanente de prontidão. (EB20-MF-10.101. O Exército Brasileiro).

Note-se que, dentro da geografia do Brasil, encontramos três grandes unidades topográficas: a bacia do rio Amazonas, o maciço brasileiro e o escudo da Guiana.

Nesta vasta extensão territorial, rica em recursos naturais e com um ótimo ecossistema que integra uma variada flora e fauna, podemos encontrar cinco tipos de climas de acordo com as regiões norte, noroeste, centro-oeste, sul-leste e sul.

No Brasil, existem doze grandes bacias hidrográficas, sendo a mais representativa a bacia do rio Amazonas, bem como as bacias do Paraná, Tocantins, Paranaíba, São Francisco, Paraguai e Uruguai.

Todas essas características condicionam a situação habitacional da população e o desenvolvimento dos poderes estaduais, podendo visualizar ao longo do tempo como as mudanças climáticas e a afetação dos ecossistemas naturais, foram envolvidos na presença de situações de emergência, onde ocorrem eventos como inundações, deslocamentos de terra, avalanches, incêndios, secas extremas, falta de água potável e isolamento temporário das comunidades.

4.2 DIRETRIZES DE EMPREGO DO E.B. EM APOIO DA SOCIEDADE.

Ao longo do tempo, o uso de recursos humanos e materiais da E.B. tem ajudado a sociedade civil, desenvolvendo ações de prevenção e ação em situações de calamidade pública, onde o principal objetivo a alcançar é a pronta recuperação e resgate de pessoas e seus bens básicos de subsistência.

O uso de meios militares é considerado dentro de todos os níveis de planejamento nacional, sendo estes o nível político, nível estratégico, nível operacional e nível tático.

Cada um desses planos é baseado em documentos normativos de interesse de capital, que marcam o caminho da pirâmide para a concepção de operações onde os meios de E.B. eles são empregados em apoio a situações de emergência.

No estudo do uso de meios militares devemos considerar a interação entre o M.I.N. e o M.D. do Brasil, que mantêm um importante vínculo de coordenação e interação em termos de geração de habilidades operacionais e de apoio às atividades necessárias para enfrentar as possíveis situações de calamidade pública.

Para estes fins, as seguintes imagens ilustrativas são analisadas:



Figura N° 14– Níveis do planejamento nacional.

Fonte: Própria autoria.

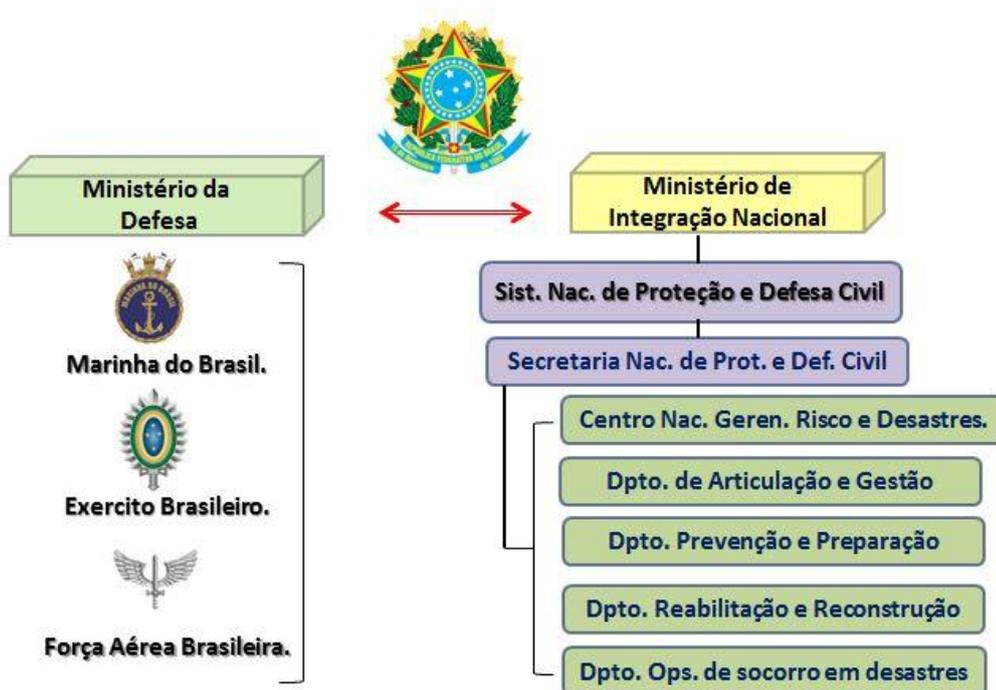


Figura N° 15 – Interação entre o M.I.N. e o M.D. do Brasil.

Fonte: Própria autoria.

4.2.1 Dentro do campo do Ministério da Defesa.

4.2.1.1. A Política de Defesa Nacional.

É o documento de mais alto nível do planejamento de defesa, cuja finalidade é estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.

Preservar a segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial. Enfim, várias ações, muitas das quais não implicam qualquer envolvimento das Forças Armadas.

A Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.¹⁴

A Defesa Nacional considera que as mudanças climáticas têm graves consequências sociais, com reflexos na capacidade estatal para preservar a integridade do Estado e o bem-estar social.

Torna-se essencial para o Estado o estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica do País para preservar a soberania e os interesses nacionais.

Alguns dos objetivos nacionais a serem alcançados e preservados pelo Estado são:

- garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.
- defender os interesses nacionais e as pessoas.
- contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais.
- estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais.

¹⁴ P.D.N. Política de Defesa Nacional. Brasília. Edicao. Brasil.

A Política de Defesa Nacional (em diante PDN) define segurança como a condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Um objeto da segurança da nação é o povo conjuntamente com as infra-estruturas dos sistemas públicos e privados responsáveis pela promoção do bem comum, do desenvolvimento e do progresso do país.

Embora este documento considere que as ameaças não surgem espontaneamente, uma vez que sua gênese e evolução derivam de diferentes condições e motivações, devemos entender que, nas emergências ambientais, as ameaças são produzidas pela natureza, o que é capaz de desencadear forças de grande magnitude e projetá-las na população.

É então que se deve manter um sistema de identificação de ameaças ambientais, que permita prever quais ameaças podem afetar o país, constituindo o monitoramento delas como atividade permanente, o que resulta no desenvolvimento de planos de segurança e contingência.

Em termos de abrangência, o conceito de segurança desdobra-se nos níveis individual, comunitário, nacional e coletivo.

As atribuições subsidiárias das FA, estabelecidas em instrumentos legais, compõem-se de atribuições gerais e particulares com respeito a respeito à cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil.

Integram essas atribuições a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; o atendimento às solicitações, de diversas naturezas, de órgãos governamentais; e a participação em planos e programas públicos.

As atribuições particulares constituem uma contribuição das FA para as ações governamentais em assuntos de natureza não-militar.

O emprego de forças militares em ações sob a égide de organismos nacionais e internacionais consideram as ações de caráter humanitário.

As FF.AA. podem participar de ações de caráter humanitário, para uma urgente prestação de socorro para a população atingidos pelos efeitos de

catástrofes naturais ou decorrentes de guerra, tudo com o objetivo de proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas.

Outros empregos de não-guerra em que as FA podem atuar independentemente ou em cooperação com agentes de organizações públicas, ocorrendo situações em que elas não exerçam necessariamente o papel principal, como o auxílio em situações não classificadas como humanitárias, operações de evacuação e resgate de pessoal, despojos ou de equipamentos sensíveis e operações de salvaguarda de pessoas, dos bens, dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira.

Para ampliar a projeção no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz.

4.2.1.2. O Livro Branco da Defesa Nacional.

O Livro Branco da Defesa Nacional. (em diante LBDN) e um documento que soma-se à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil.

O LBDN tem com o objetivo de fortalecer a cooperação com os países da América do Sul. Poderá, nesse sentido, ser um instrumento para fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno sul-americano que possibilite a opção por soluções pacíficas.

*O Ministério da Defesa, tem a missão de coordenar o esforço integrado de defesa, bem como contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem e do patrimônio nacional, assim como, para a salvaguarda dos interesses nacionais...*¹⁵

O LBDN estabelece que compete ao Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (em diante EMCFA) elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa no planejamento das operações e exercícios de adestramento conjuntos, na atuação de Forças brasileiras em operações de paz e em outras atribuições que lhe forem estabelecidas.

¹⁵ M.D. Livro Branco da Defesa Nacional. 1ra Ed. 2012. Brasília.

O EMCFA exerce papel fundamental na execução da Estratégia Nacional de Defesa, pois é o responsável por coordenar programas de interoperabilidade com a finalidade de otimizar os meios militares na defesa do País, na segurança de fronteiras e em operações humanitárias e de resgate.

O LBDN estabelece que o Exército é órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), participando, em todo o território nacional, de ações de socorro e assistência a vítimas de desastres naturais, seja nas fases de pronta resposta, ou na de recuperação e reconstrução.

4.2.1.3. A Estratégia Nacional de Defesa (em diante END).

Este documento trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua grande estratégia e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa.

A Estratégia menciona que *as FF.AA. deve desenvolver as capacidades paramonitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.*¹⁶

A mobilidade estratégica, entendida como a capacidade de atingir rapidamente a região em que um conflito se desenvolve, deve ser permanentemente mantida em bom nível de execução, permitindo que os meios designados para a atenção do conflito sejam treinados, equipados e avaliados. as tarefas que serão necessárias para alcançar a melhor solução possível para a crise.

O imperativo de mobilidade ganha importância decisiva, dadas a vastidão do espaço a defender e a escassez dos meios para defendê-lo.

É levado em consideração que uma das tarefas prioritárias dos países é a melhoria dos meios existentes e a formação de pessoal que possa estar envolvido em atividades de busca e salvamento no território nacional.

O primeiro eixo estruturante da estratégia de defesa nacional refere-se a como as FF.AA. devem organizar-se e orientar-se para melhor cumprir seu destino constitucional e suas atribuições em paz e guerra.

¹⁶ Estratégia Nacional de Defesa- M.D. Brasília- Brasil.

Pode-se considerar que, atualmente, em tempos de paz, é cada vez mais comum usar a mídia em apoio à sociedade durante emergências ou calamidades públicas.

Para o emprego de E.B. na consecução dos objetivos fixados pela END, são levados em conta os princípios de flexibilidade e elasticidade, que são importantes na realização de operações que visam o apoio da sociedade em situações de emergência, onde a busca imediata de bem-estar social é o principal objetivo do Exército.

A flexibilidade é a capacidade de empregar forças militares com o mínimo de rigidez preestabelecida e com o máximo de adaptabilidade à circunstância de emprego da força.

Elasticidade é a capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das forças militares quando as circunstâncias o exigirem, mobilizando, em grande escala, os recursos humanos e materiais do País.

A elasticidade exige, portanto, a construção de força de reserva, mobilizável de acordo com as circunstâncias. A base derradeira da elasticidade é a integração das Forças Armadas com a Nação.

O Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força de ajuda humanitária, para atender necessidades que surgem em situações de calamidades públicas e assistência social.

A Estratégia Nacional de Defesa inspira-se em a realidade que lhe garante a viabilidade e lhe indicam o rumo, para manter a capacidade de improvisação e adaptação, o pendor para criar soluções quando faltam instrumentos, a disposição de enfrentar as agruras da natureza e da sociedade.

4.2.1.4. A Política Militar de Defesa.

Serve de referência aos estudos políticos e estratégicos destinados ao preparo das FF.AA. e estabelece os objetivos e orientações para a formulação da Estratégia Militar de Defesa e dos planejamentos estratégicos do preparo e emprego das FA.

4.2.1.5. A Doutrina Militar de Defesa (em diante DMD).

Estabelece os fundamentos doutrinários para o emprego das FF.AA. em atendimento às demandas da Defesa Nacional.¹⁷

Este documento define o poder terrestre resulta da integração dos recursos predominantemente terrestres de que dispõe a Nação, no território nacional, quer como instrumento de defesa, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e a manter os objetivos nacionais.

Dentro desse conceito, o poder militar terrestre como a parte integrante do poder terrestre capacitada a atuar militarmente em terra e em certas áreas limitadas de águas interiores, as quais sejam de interesse para as operações terrestres, bem como, em caráter limitado, no espaço aéreo sobrejacente.

4.2.1.6. O Sistema de Planejamento Estratégico Militar (em diante SPEM),.

Considera os objetivos setoriais da Defesa (em diante OSD), entre os quais destacamos aqueles que são realizados com a participação de meios militares em apoio à sociedade.¹⁸

- OSD N° 1 - Defesa da soberania, da integridade territorial e do patrimônio nacionais e das pessoas.
- OSD N° 14- Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional.
- OSD N° 32- Apoio a políticas públicas consolida as ações desenvolvidas pelo Ministério consolidando da Defesa em apoio a iniciativas do governo não diretamente associadas à segurança e defesa nacional.

As ações de defesa setoriais (em diante ASD), delinear as linhas de ação que serão executadas para alcançar o OSD estabelecidos na PSD.

- ASD 50 - Atuar junto a outros órgãos governamentais com o propósito de incorporar a dimensão Defesa Nacional nos planos de desenvolvimento da infraestrutura do País.

¹⁷ MD-51-MD.04 Doutrina Militar de Defesa. Ministerio da Defesa. 2007. Brasília.

¹⁸ PORTARIA NORMATIVA N° 2.621, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015. Ministerio da Defesa.2015.

- ASD 124 - Contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania de segmentos vulneráveis da população brasileira.
- ASD 125 - Contribuir para a construção e recuperação da infraestrutura nacional.
- ASD 126 - Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a paz social.
- ASD 128 - Prestar apoio à Defesa Civil para socorro a vítimas de calamidades.
- ASD 129 - Contribuir para a proteção ambiental.

4.2.2 Dentro do campo do Exército Brasileiro.

O Exército Brasileiro é um sistema aberto, complexo e de grande capilaridade nacional e, em algumas partes do território, materializa a única presença do Estado para seus habitantes.

Está inserido em macrossistemas que o influenciam e dele sofrem influências e é integrado por vários subsistemas que caracterizam as principais atividades para o cumprimento de sua missão.

Estes, por sua vez, também são compostos por subsistemas para execução dessas atividades. Essas subdivisões prosseguem até ao escalão executante que são as unidades da Força Terrestre.¹⁹

4.2.2.1 A Doutrina Militar Terrestre.

A Doutrina Militar Terrestre (e diante DMT) apresenta os fundamentos doutrinários da Força Terrestre e destina-se a orientar o emprego de seus elementos no cumprimento de suas missões e tarefas.

As doutrinas militares compreendem o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas.

A DMT é o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da F Ter, estabelecido com a finalidade de

¹⁹ Sistema de Planejamento do Exército. Ministério da Defesa- E.M.E. Folha 7.

orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas.

A Força Terrestre, é o instrumento de ação do Exército Brasileiro, que inclui todos os elementos do EB, organizados por módulos de combate, com base em capacidades, a partir da doutrina, organização, processos, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura, com vistas ao emprego nas operações no amplo espectro.²⁰

O poder militar terrestre tem a capacidade de agir militarmente em terra, em certas áreas limitadas de águas interiores, que são de interesse para operações terrestres, bem como em certas terras temporárias do espaço aéreo sobreposto.

Para o desenvolvimento de seu poder de combate, o poder militar inclui a força terrestre, incluindo os meios de apoio logístico e administrativo.

O poder terrestre militar cooperará principalmente para a consecução dos seguintes objetivos nacionais, que têm interferência direta no tema desta pesquisa acadêmica:

- a) defender os interesses nacionais e as pessoas, bens e recursos do Brasil.*
- b) contribuir para a estabilidade regional.*
- c) contribuir para a manutenção da paz.*
- e) manter uma força terrestre moderna, integrada, aderente e equilibrada, e com crescente profissionalização, capaz de operar em conjunto.*

Cabe ao Exército o preparo da Força Terrestre para cumprir sua missão constitucional da defesa da Pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Além disso, a F Ter deve cumprir as atribuições subsidiárias gerais previstas na legislação complementar, que são: cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa Civil.

O Exército conta hoje com 575 organizações militares distribuídas por todo o território nacional, compreendidas em 8 Comandos Militares de Área.

²⁰ EB20-MF-10.102 . “A Doutrina Militar Terrestre” Ministerio da Defesa. 1ra Ed. 2014. Brasília.



Figura N° 16 - Distribuição dos Comando Militares de Área.

Fonte: L.B.D.N. 2012.

4.2.2.2. A Doutrina de operações do Exército.

*O Exército Brasileiro é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*²¹

Para o cumprimento de suas missões e tarefas, o EB se vale da Força Terrestre, instrumento de ação, que inclui todos os elementos da instituição com capacidades geradas para atuar no ambiente operacional terrestre nas operações.

A missão do E.B. compreende a contribuição com a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso o e.B. deve preparar a F Ter, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Enquanto enquadra sua missão o E.B. deve manter-se em condições de ser empregado em qualquer ponto do território nacional, de forma emergencial e temporária, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

²¹ EB20-MF 10.101. O Exército Brasileiro. Folha 2-1.1 Ed. M.D. 2014. Brasília.

Segundo Leis Complementares o E.B. tem como como acao subsidiaria geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil,na forma determinada pelo Presidente da República.

As ações de cooperação com a Defesa Civil do E.B. eles implicam a atuação do Exército em cooperação com os órgãos do Sistema de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), com ações estruturadas de resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico, a fim de **contribuir com o socorro às situações de emergência e de estado de calamidade pública, atenuando os efeitos destes, ajudando na preservação da vida humana e do bem estar da população atingida** e cooperando com o restabelecimento da normalidade social.

Na sentença anterior, há a essência dos resultados parciais desta investigação, sobre o desempenho da E.B. em benefício da sociedade e da preservação da vida humana, em situações de emergências ambientais.

4.2.2.3. Doutrina das operações de cooperação e coordenação entre as agências.

Contemplado no manual de operações do E.B. as *operações de cooperação e coordenação interinstitucional (em diante OCCA) são operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências.*²²

Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum.

Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Nas operações de cooperação e coordenação com agências, a liberdade de ação do comandante operativo está limitada pela norma legal que autorizou o emprego da tropa. Assim, o emprego é episódico, limitado no espaço e tempo.

As operações de cooperação e coordenação com agências são aquelas que normalmente ocorrem nas situações de não guerra, nas quais o emprego do poder militar é usado no âmbito interno e externo, não envolvendo o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais.

²² EB70-MC.10.223. “Operacoes” 1 ed. 2017. M.D. Brasília.

Elas podem compreender dentre outras a garantia dos poderes constitucionais, a garantia da lei e da ordem e as atribuições subsidiárias.

São características dessas operações o uso limitado da força, a coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais, a execução de tarefas atípicas, a combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos e o caráter episódico.

Dentre as atribuições subsidiárias que desenvolve o E.B. encontra-se a cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

4.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES EM APOIO DA SOCIEDADE.

As operações inter agências são executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências.

Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum.

Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Essas operações ocorrem nas situações de não guerra, nas quais o emprego do poder militar é usado no âmbito interno e externo, não envolvendo o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais.

Algumas das operações assistem ao Estado para garantir os poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem, atribuições subsidiárias e outras operações em situação de não guerra.²³

²³ EB70-MC-10.223- Manual de Operações. 5º edição.

4.3.1 Dentro do campo do Ministério da Integração Nacional.

A lei N° 12.608 de 10 de abril de 2012 insitui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, abrangendo as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.²⁴

4.3.1.1. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

É constituído por órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e por entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, sob a centralização da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O SINPDEC poderá mobilizar a sociedade civil para atuar em situação de emergência ou estado de calamidade pública, coordenando o apoio logístico para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil.

4.3.1.2. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A secretaria é o órgão responsável por coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional.

Sua atuação tem o objetivo de reduzir os riscos de desastres. Também compreende ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo federal, estadual e municipal - com ampla participação da comunidade.

A ação organizada de forma integrada e global do SINPDEC proporciona um resultado multiplicador e potencializador mais eficiente e eficaz do que a simples soma das ações dos órgãos que o compõem.

Todos os órgãos do SINPDEC têm atribuições mas a atuação do órgão municipal de proteção e defesa civil é extremamente importante, tendo em vista que os desastres ocorrem no município.

O município deve estar preparado para atender imediatamente a população atingida, reduzindo perdas materiais e humanas. Por isso, a importância de cada cidade criar um órgão que trate da redução dos riscos e da eficácia na resposta imediata aos desastres.²⁵

²⁴ Poder Ejecutivo. Lei 12.608. Disponível em web: www.camara.leg.br/.../2012/lei-12608-10-abril-2012

²⁵ Disponível em web: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/sedec/apresentacao>.

4.3.1.3. Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastre.

*O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) foi criado em fevereiro de 2005, por meio do Decreto nº 5.376, com o intuito de gerenciar, com agilidade, ações estratégicas de preparação e resposta a desastres em território nacional e, eventualmente, também no âmbito internacional.*²⁶

O Cenad é responsável pelas ações de coordenação federal de resposta a desastres no âmbito do Sistema Nacional.

O Cenad atua em parceria com outros órgãos, entre eles, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), e as Forças Armadas.

4.3.2 Dentro do campo Exército Brasileiro.

O Exército Brasileiro, como instituição permanente que é, participa intensamente da ideia de um “projeto nacional de desenvolvimento”, cooperando com diversos órgãos civis em ações de socorro e assistência em casos de desastres, desenvolvendo e cooperando com projetos sociais e contribuindo com o desenvolvimento nacional na construção de estradas e outras obras de engenharia.

Desde a regulamentação do emprego e preparo das Forças Armadas, por intermédio da Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, que vem se verificando um aumento sensível da participação das Forças Armadas em apoio à sociedade brasileira, as chamadas “Atribuições Subsidiárias”.

4.3.2.1 Divisão de Ações Subsidiárias.

No ano 1997 o E.B. criou a divisão de Ações Subsidiárias, dependente do Comando de Operações Terrestres (COTER)

A Div.Aç.Sbs. é responsável pela coordenação do emprego da Força Terrestre em atividades subsidiárias, não estando abrangidos nesse rol de responsabilidades as obras de engenharia de construção, as operações de garantia da lei e da ordem e as ações na faixa de fronteira.

²⁶ Disponível em web: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/cenad/apresentacao>.

Cabe a ela representar o Exército junto aos órgãos solicitantes de apoio, formular as diretrizes de emprego, gerenciar os recursos financeiros recebidos, acompanhar a execução das atividades em operação, apresentar os resultados das ações realizadas assim como a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, e participar de grupos de trabalho junto a diversos órgãos do Governo Federal, tais como a Casa Civil da Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência República e a Secretaria Nacional de Defesa Civil, entre outros.

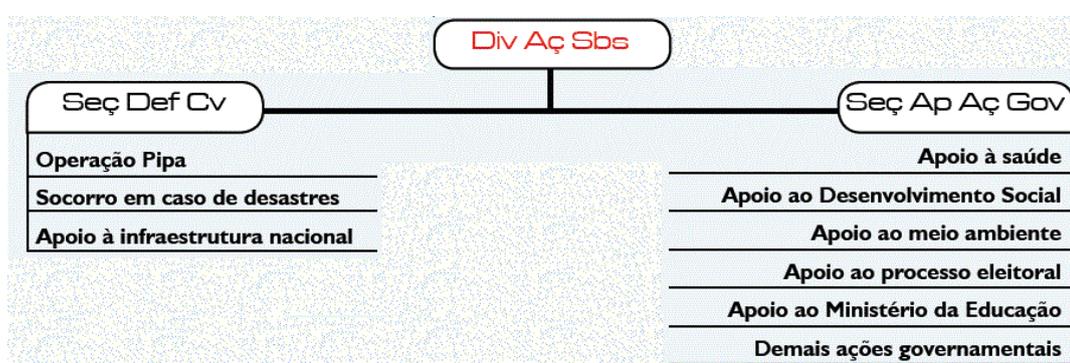


Figura N° 17 – Organograma da Divisão de Ações Subsidiárias.

Fonte: Revista “Verde Oliva” Dezembro 2013.

4.3.3 Dentro do Comando de Operações Terrestres.

Dentro das múltiplas operações que são realizadas dentro da COTER, encontramos aquelas que são desenvolvidas como parte do fornecimento de apoio importante à sociedade, destacando as operações de apoio para programas e órgãos do governo e operações de apoio da defesa civil.

A Divisão de Coordenação Civil-Militar da 2ª Subchefia do COTER é responsável pela coordenação do emprego da Força Terrestre em atividades subsidiárias

4.3.3.1 As Operações de Apoio a Programas e Órgãos de Governo.

Ocorrem sob o planejamento e coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), subordinado ao Ministério da Defesa (MD), empregando efetivos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira atuando de forma integrada.

- As Operações de Apoio a Programas e Órgãos de Governo actuais são:

4.3.3.1.1. *Operação CARRO-PIPA.*

Trata-se de uma cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e o Ministério da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino.

4.3.3.1.2. *Programa Mais Médicos para o Brasil.*

O apoio ao Programa se divide em duas vertentes: apoio ao acolhimento e apoio à supervisão. Consiste em cooperar com o Ministério da Saúde e Ministério da Educação no transporte de médicos inseridos no programa e de professores universitários

4.3.3.1.3. *Operação de Combate ao mosquito Aedes Aegypti.*

Tem como objetivo cooperar com o Ministério da Saúde nas ações de prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika vírus. As tropas, em apoio, agem na eliminação de focos do mosquito.

4.3.3.1.4. *Operação Expedicionários da Saúde.*

Prestar apoio logístico às expedições clínica e cirúrgica da ONG Expedicionários da Saúde. O apoio consiste em transportar médicos e material para montagem dos centros a fim de realizar procedimentos cirúrgicos diversos e prestar outros atendimentos médicos. .

4.3.3.1.5. *Projeto RONDON.*

Este Projeto, sob a coordenação do Ministério da Defesa, é conduzido em estreita parceria com o Ministério da Saúde, visa o somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, a fim de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e na construção e promoção da cidadania.

4.3.3.2 As operações de apoio à Defesa Civil.

Consistem na cooperação com os órgãos do Sistema de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), com ações estruturadas de resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico, a fim de contribuir com o socorro às situações de emergência e de estado de calamidade pública, atenuando os efeitos destes, ajudando na preservação da vida humana e do bem estar da população atingida e cooperando com o restabelecimento da normalidade social.

- As Operações atuais de apoio à Defesa Civil são:

4.3.3.2.1 Lançamento de Pontes Metallicas.

Trata-se de cooperação com a Defesa Civil no lançamento de ponte metálica LSB ou Bailey para restabelecimento do tráfego nas rodovias por ocasião de interrupção do tráfego por conta de acidentes naturais.

4.3.3.2.2 Apoio em inundações, incêndios e outras catástrofes naturais.

Eles são feitos para fornecer assistência humanitária às vítimas desses eventos. O objetivo é proporcionar um apoio rápido e eficaz, com o objetivo de preservar a vida humana e reduzir perdas e danos materiais, colaborando posteriormente na reestruturação dos serviços básicos de subsistência e assistência social.

4.3.3.2.3 Outras operações de defesa civil.

São o resgates em enchentes, fiscalização da produção e do comércio de productos controlados, apoio à saúde; socorro em casos de desastres, e apoio à infraestrutura nacional, ao meio ambiente, ao processo eleitoral e à ONG Expedicionários da Saúde, em atuação nas comunidades indígenas do Rio Xingu.

4.4 OPERAÇÕES REALIZADAS PELO E.B. EM APOIO DA SOCIEDADE.

Várias operações são realizados por pessoal e por meios da E.B. em apoio à sociedade, no decorrer de situações de calamidade pública, onde a pronta assistência dos militares conseguiu minimizar o efeito dos desastres naturais sobre a população, garantindo sua segurança e o retorno às condições de bem-estar social.

Conforme preconiza a Ação Cívico-Social, as OM do Exército, nos diversos níveis e por iniciativa, desenvolvem junto às comunidades outros tipos de atividades, como objetivo de promover o espírito cívico e comunitário dos cidadãos e de resolver problemas prementes.

Essas ações são realizadas com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, sem causar prejuízos no preparo da tropa para o cumprimento de sua missão constitucional.

4.4.1 Operações realizadas a nível nacional.

4.4.1.1 Assistência nas inundações do ano de 2014.

Em 2014, a R.F. do Brasil sofreu o efeito de grandes inundações em muitas regiões do país.

De norte a sul do Brasil, as Forças Armadas do país trabalharam em conjunto com as unidades da Defesa Civil para prestar assistência humanitária aos civis afetados por inundações intensas.

Cerca de 3.100 soldados participaram dessas operações em todo o país.

Soldados do 4º Batalhão de Infantaria de Selva, do 7º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército e de outras unidades do Exército nos estados de Roraima e Amazonas atenderam mais de 123 mil pessoas atingidas pela maior enchente da história do Rio Acre de fevereiro a abril.

Eles ajudaram a remover civis de áreas de alto risco, transportaram itens essenciais, como água e alimentos, e realizaram manutenção no Aeroporto Internacional Plácido de Castro, em Rio Branco.

Como parte da assistência fornecida, o Exército instalou uma ponte Bailey, usada para transportar veículos blindados no campo de batalha, o que é muito útil para ações de emergência.

Os soldados participaram de operações para fornecer transporte e suprimentos e restringiram o trânsito de moradores para manter a ordem.

Para colaborar, o Exército adquiriu pequenos barcos que podiam atravessar a rota danificada. A transferência de civis que sofrem de fraturas foi especialmente importante.

Os pacientes tiveram que ser transferidos em uma maca do lado da estrada de barco para o outro lado, onde foram colocados em um veículo para serem transferidos para o aeroporto. No caso de um desastre na cidade, os pacientes são tratados em Manaus.

O impacto das enchentes poderia ter sido pior se não fosse pelos esforços das Forças Armadas, e os moradores de São Gabriel da Cachoeira expressaram sua gratidão pela assistência do Exército durante a crise.

"O Exército é conhecido na cidade como a 'mão amiga'", diz Antônio Silva, apresentador da Rádio Municipal de São Gabriel da Cachoeira. No seu programa matinal "São Gabriel em Notícias", transmitido a partir das 6h00. Às 7 horas, Silva relatou diariamente as dificuldades e deu atualizações sobre a montagem da ponte temporária.²⁷

4.4.1.2 Assistência nas Inundação em Iñapari.

A cidade de Iñapari, na região de Madre de Dios, foi inundada após o transbordamento do rio Acre, devido às fortes chuvas.

Várias famílias ficaram presas em suas casas. O exército foi para a área com carregadores frontais para resgatá-los.

O transbordamento do rio teve origem no outro lado da fronteira com o Brasil, perto de Iñapari, e deixou cerca de 650 pessoas afetadas nesta cidade.

As enchentes surpreenderam os moradores ao chegar às ruas, casas, escolas da localidade. Vários moradores deixaram suas casas em canoas.

A água do rio Acre também atingiu um trecho de um quilômetro da Rodovia Interoceânica, que era temporariamente intransitável.

27 "Dialogo" Revista Militar Digital. Mayo 2015.

O Instituto Nacional de Defesa Civil avalia os danos gerados por esse fenômeno, enquanto os afetados permanecem em tendas fornecidas pelas autoridades.

4.4.1.3. Assistência nas Inundação no noreste em 2017.

Milhares de pessoas se beneficiaram das ações de abastecimento de alimentos, transporte e assistência médica realizadas pelas forças armadas, por mais de 20 dias em dois estados brasileiros afetados por fortes chuvas.²⁸

Pernambuco e Alagoas são dois estados do nordeste brasileiro que geralmente sofrem longos períodos de seca. No entanto, desde o final de maio, a imagem é diferente. Devido às fortes chuvas, as autoridades locais declararam 50 cidades em uma situação de emergência. Inundações e deslizamentos de terra afetaram mais de 48.000 pessoas, das quais quase 3.000 perderam suas casas.

Devido ao desastre, o Ministério da Defesa do Brasil solicitou a ação das Forças Armadas para atender a população carente. Os militares da Marinha do Brasil (MB) e da Força Aérea Brasileira (FAB) concentraram-se na implantação de pessoas e no transporte de alimentos, e integraram o Exército Brasileiro (EB) no trabalho coordenado por esta força em dois hospitais de campo.

A cidade de Rio Formoso, no estado de Pernambuco, foi a primeira a receber um dos hospitais de campanha, pois a água invadiu o hospital municipal, o que ocasionou a perda de equipamentos e impossibilitou a operação. De 2 de junho a 5 de julho, a população da cidade só contou com a assistência oferecida pelos 34 profissionais das Forças Armadas que ali atuaram.

O outro hospital foi criada em Marechal Deodoro, no estado de Alagoas, onde as chuvas causaram estragos, especialmente no centro histórico, que foi parcialmente submerso, e que era acessível apenas por canoa. A estrutura do CE instalada naquela localidade beneficiou mais três municípios e contava com 34 militares. Em 23 de junho, ocorreu a desmobilização dos militares, quando as atividades das instituições de saúde da região voltaram ao normal.

²⁸ “Dialogo” Revista Militar Digital- Julio 2017.

4.4.1.4. Assistência na “Operação Pipa”.

Esta operação mantém a cooperação dos meios de comunicação E.B. com o Ministério da Integração Nacional para realizar ações voltadas para a distribuição emergencial de água potável para os municípios semiáridos brasileiros, principalmente para as populações rurais afetadas pela seca e pela seca.

Neste contexto a distribuição emergencial de água potável e feita, prioritariamente, às populações rurais, atingidas por estiagem e seca, nas regiões do semiárido nordestino e norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

No final de 2015, foram atendidos 873 municípios, com população aproximada de três milhões e novecentas mil pessoas. Para executar a logística, contrata 6.941 pipeiros que abastecem 76.778 pontos de Abastecimento.

Para viabilizar essa logística, a sistemática adotada é a de abastecimento, prioritariamente, em cisternas comunitárias, na proporção de 20 litros de água por pessoa/dia, apenas para consumo humano.

4.4.1.5. Apoio à Infraestrutura Nacional”.

Com o lançamento de pontes metálicas, o E.B. colabora com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em atividades de montagem, operação, manutenção e desmontagem de pontes metálicas, para atender a população quando ocorre a destruição de pontes ou para restaurar o tráfego em estradas federais danificadas por desastres.

4.4.1.6. Apoio na luta contra doenças endêmicas.

Em 5 de dezembro de 2015, o Comando Militar do Nordeste ativou o Plano de Confrontação da Microcefalia.

As medidas prevêm a luta contra o mosquito *Aedes aegypti*, a atenção às pessoas e o investimento em pesquisa.

No estado de Pernambuco, o E.B. 750 colocado militar para atuar no combate ao mosquito transmissor da dengue, Chikungunya e Zika, este último microcefalia doença relacionada.

Cerca de 200 soldados, já treinados, foram indicados para trabalhar como agentes endêmicos.

No estado da Paraíba, cerca de 260 membros militares militares guarnições organizações João Pessoa e Campina Grande fortalecer as ações de combate ao *Aedes Aegypti*.

O início das atividades dos militares nas ruas só ocorre após a conclusão da formação e formalização pedidos de organismos governamentais e do Ministério da Defesa.

O 71º Batalhão de Infantaria Motorizada iniciou a Operação Água Limpa, na qual 120 soldados juntaram-se aos agentes endêmicos para combater o mosquito em parte da natureza e no sertão pernambucano.

4.4.1.7. Operação “Enchete”.

As atividades realizadas nessas operações entre os meses de fevereiro e maio de 2018, buscam apoiar as tarefas de Defesa Civil, relacionando o transporte de pesonas e bens materiais em áreas afetadas por enchentes.

- Na região do Comando Militar do oeste, as atividades apoiaram o Município e a Defesa Civil do município de Aquidauana-MS, para o transporte de pessoal e bens materiais que foram apanhados na repentina enchente do rio Aquidauana.

- Na região do Comando Militar do Leste, as atividades apoiaram a Defesa civil de Itatiaia-RJ com ações conjuntas com a Prefeitura local de desobstrução de vias interditadas.

- Na região do Comando Militar do Planalto, as atividades apoiaram a Defesa Civil de Palmas na retirada de pessoal da aldeia indígena TAKAYWRÁ para a localidade da LAGOA DA CONFUSÃO, em virtude de enchente naquela aldeia.

- Na região do Comando Militar do Noreste, as atividades apoiaram as ações de transbordo de moradores e de seus bens dos locais de risco nas proximidades da barragem do Bezerra no Município de José de Freitas.

- Na região do Comando Militar do Nordeste, as atividades realizadas colaboraram com o apoio de pessoal nos municípios de Pedreira e Codó, para a renovação dos moradores das áreas afetadas pelas enchentes dos rios Mearim e Itapecuru.

4.4.1.8. Programa “Calha Norte”.

O Programa Calha Norte foi criado em 1985 pelo Governo Federal diante de uma preocupação dos militares sobre a causa amazônica.

Desde 1999 sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica.

O programa tem quase nove milhões de brasileiros beneficiados, incluindo 46% da população indígena - em uma área que corresponde a 44% do território nacional.

A vertente civil do programa atua na promoção do desenvolvimento regional, com a construção de estradas, escolas, hospitais, portos, a implantação de rede elétrica urbana e rural, entre outros.

A vertente militar desempenha ações em prol do desenvolvimento sustentável regional com a adequação de embarcações e o ajustamento das unidades militares e da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira.

Ainda integra a vertente militar a manutenção da soberania e a integridade territorial nacional por meio do trabalho realizado pelas Forças Armadas.

O Calha Norte tem por objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional, muito além do seu aspecto puramente militar. Nesse ponto, o programa está alinhado com os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

O programa proporciona assistência às populações e as fixa na região. Por isso, uma das suas metas é o aumentar a densidade demográfica.

Também busca a promoção do desenvolvimento sustentável; a ocupação de vazios estratégicos; a integração da população à cidadania; a melhoria do padrão de vida das populações; a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da região.

4.4.2. Operações realizadas a nível internacional.

4.4.2.1. Apoio humanitário após o terremoto no Haiti.

Essa catástrofe atingiu os habitantes da República do Haiti em 12 de janeiro de 2010, com uma magnitude de 7,0 Mw.

Como primeiro passo, o governo brasileiro enviou 28 toneladas de alimentos e 10 milhões de dólares para a reconstrução do país.

Em 21 de janeiro, o governo brasileiro anunciou que a ajuda humanitária destinada a apoiar a estabilização do Haiti e o processo de reconstrução alcançaram 375 milhões de reais.

Ao mesmo tempo, um aumento de 900 soldados foi enviado imediatamente para o Haiti, a fim de aumentar a força dos 1.300 soldados do Brasil que atualmente apoiam a MINUSTAH.

A sede da embaixada brasileira foi destruída no terremoto. No entanto, a construção das forças do exército brasileiro permaneceu intacta.

O exército brasileiro fez um ótimo trabalho com seus meios, tendo que usar o mesmo pé devido à quantidade de detritos nas estradas.

Com o maior contingente de tropas estrangeiras na capital haitiana, os militares brasileiros ajudaram na busca de sobreviventes, apoiados por 18 cães de detecção para ajudar na busca por corpos

4.4.2.2. Apoio humanitário após o furacão Matthew no Haiti.

Um furacão de categoria 4 com ventos superiores a 235 quilômetros por hora atingiu o Haiti violentamente em outubro de 2016, causando uma grande crise humanitária no país.

A rápida resposta e o grau de preparação proporcionado pela aplicação do conceito de coordenação cívico-militar e a capacidade dos recursos humanos ou dos contingentes militares que operavam no país permitiram localizar tropas nas áreas de maior risco e com as populações. mais vulnerável, antes do impacto do furacão, realizando atividades de preparação e resposta ao desastre iminente.

A presença de pessoal militar agindo em resposta a desastres naturais aumentou significativamente em proporção ao aumento do número desses desastres em escala global.

Para a Organização das Nações Unidas, estabeleceu-se um método de coordenação cívico-militar nas relações entre atores humanitários e militares, devido às características inerentes a essas missões.

Essa interação interinstitucional entre pessoal civil e militar em operações humanitárias é medida por meio de diretrizes de emergência complexas estabelecidas.

As diretrizes para emergências complexas não são apenas destinadas a estabelecer relações entre civis e militares em emergências complexas, mas também para orientar o uso de recursos militares e de defesa civil durante as operações humanitárias da ONU.

4.4.2.3. Operação “Acolhida”.

O pessoal e os meios da E.B. participam da Força Tarefa de Logística Humanística criada pelo governo brasileiro no estado de Roraima, através de uma operação articulada, inter-agências e humanitária, que visa oferecer condições dignas aos imigrantes venezuelanos, que se encontram em uma situação de vulnerabilidade. Em 6 de junho de 2018, 9 abrigos foram instalados em pleno funcionamento para os venezuelanos.

Nestas instalações, havia 4.175 imigrantes que se retiraram da situação de vulnerabilidade.

A Força Tarefa no Estado de Roraima apoiou a quarta internalização de imigrantes da Venezuela para outros estados brasileiros na terça-feira, 3 de julho de 2018.

Assim, 164 pessoas embarcaram no aeroporto de Boa Vista, sendo que, pela estimativa do governo federal, 45 delas são levadas ao Conde, 69 para Igarassu e 50 para o Rio de Janeiro.

Foi a primeira vez que essas cidades receberam imigrantes voluntários do processo de internalização.

Com essa internalização, 690 venezuelanos já vivem em outras cidades brasileiras fora de Roraima, com 527 deles em São Paulo, Cuiabá e Manaus.

O processo foi organizado pelo governo federal, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

No contexto da Operação Acolhida, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) contribui com a missão da Força-Tarefa Humanitária por meio de trabalho de engenharia nas obras dos novos abrigos denominados de Rondon 1 e Rondon 2.

Localizados em um ponto estratégico próximo à base da Polícia Federal, onde será concentrado futuramente um posto de identificação e triagem dos imigrantes desassistidos oriundos da Venezuela.



Figura Nº 18- Operações CIMIC do E.B. no contexto internacional.

Fonte: Própria autoria.

5. O EXÉRCITO URUGUAIO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA.

5.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A R. O. DO URUGUAI.

A R.O.U. tem uma população aproximada de 3.462.659 habitantes, distribuída em uma superfície terrestre de 176.215 quilômetros quadrados, contando com uma organização territorial que divide o País em 19 Departamentos, nas quais as características geográficas gerais distinguem o País por suas grandes planícies de campos férteis, com elevações de meia altura e clima temperado.

A organização governamental é estruturada com base em 13 Ministérios dentro dos qual parte do Ministério da Defesa Nacional (em diante M.D.N.) será analisada, bem como o Sistema Nacional de Emergência (em diante SINAE).

O M.D.N. junta-se às FF.AA., com a Armada Nacional (em diante A.N.) , o Exército (em diante E.N.U.) e à Força Aérea do Uruguai (em diante F.A.U.), contando com um efetivo de aproximadamente 22.372 pessoas.

Dentro dos regulamentos que determinam o desempenho do Ministério da Defesa, encontramos a Lei de Marco de Defesa Nacional (em diante L.M.D.N.) e a Política de Defesa Nacional (em diante P.D.N.), que mencionam que as Forças do Ministério contribuirão em outras ações, gerarão as condições para o bem-estar social, presente e o futuro da população.

"A Defesa Militar do País baseia-se na capacidade de suas FF.AA. e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis, de acordo com o que as normas preveem, particularmente a P.D.N."

"Sob a liderança política do M.D.N., estes são constituídos como o ramo organizado, equipado, instruído e treinado para executar os atos militares impostos pela Defesa Nacional, no âmbito da Constituição e das leis".

"Em tempos de paz, eles podem prestar serviços ou colaboração em atividades que, devido à sua especialidade, relevância social ou conveniência pública, são solicitadas a eles e sem isso implicam um prejuízo no cumprimento de sua missão fundamental".²⁹

Da mesma forma, a P.D.N. menciona que dentro dos objetivos da Defesa é proteger a vida e a integridade de seus habitantes e sua identidade cultural.

²⁹ M.D.N. "Política de Defesa Nacional" . 1º Ed. 2014. Montevideo.Folha.15.

Os obstáculos que a Defesa Nacional pode enfrentar no presente e no futuro, consideram desastres naturais, com diversas causas, que constituem uma séria ameaça para o país de maior magnitude.

Ao visualizar a formulação de políticas e mecanismos que permitem uma melhor atenção às situações de emergência no Estado uruguaio, em 2009 foi criado o SINAIE. Este sistema busca ter novas ferramentas institucionais que permitam uma melhor abordagem nas questões de redução de risco de desastres em situações de emergência devido a crises ambientais.

O SINAIE está estruturado em todas as ações realizadas pelo Estado para gerenciar o risco de emergências e desastres em suas diferentes fases: prevenção, mitigação, preparação, resposta, reabilitação e recuperação.

O nível departamental funciona os Comitês de Emergência Departamentais (e diante C.E.D.), que são os órgãos responsáveis pela formulação de políticas e estratégias a nível local. Eles são formados por representantes departamentais, Ministério do Desenvolvimento Social (em diante MIDES), M.D.N., Departamento Nacional de Bombeiros (em diante D.N.B.), Polícia Nacional (em diante Pol. Nac.) e Ministério da Saúde Pública (em diante M.S.P.).

Nesta coordenação essencial para a atenção das crises ambientais é a participação dos membros do E.N., como os primeiros elementos da ajuda humanitária.

O E.N. Uruguaio tem aproximadamente 15.436 soldados, que cumprem funções dentro das quatro regiões militares das quais a implantação territorial da instituição é responsável.

Existem muitas e variadas características das situações de emergência nacional devido a crises ambientais onde os membros do Ex. deram seu apoio altruísta à sociedade, com o tempo de estudo deste trabalho entre os anos 2015 e 2017.

A organização do E.N. é composto por 4 Divisões do Exército, que agrupam seu capital humano e recursos materiais em 6 Brigadas, 32 Unidades Militares e 5 Sub-Unidades, entre outras sub-organizações.

5.2 DIRETRIZES DE EMPREGO DO E.N.U. EM SITUAÇÕES DE EMERGENCIA.

5.2.1 No âmbito do M.D.N.

5.2.1.1 Lei Marco de Defesa Nacional.

A Lei N° 18.650 aprovada pelo Poder Ejecutivo do Governo do Uruguai é um documento foi elaborado no mês de fevereiro do ano 2010, estabelecendo conceitos fundamentais sobre a Defesa Nacional e as implicações que cada um dos organos governamentais tem com relação dela.

*Esta lei menciona que ...o Poder Ejecutivo estabelecerá os critérios relativos à preparação e disponibilidade de recursos humanos e materiais não propriamente militares para satisfazer as necessidades da Defesa Nacional em situações de grave ameaça ou crise, considerando para sua aplicação os mecanismos de cooperação. e coordenação entre os diferentes Poderes Públicos, dando conta ao Poder Legislativo...*³⁰

As Forças Armadas no Uruguai são integradas pela Marinha Nacional, o Exército Nacional e a Força Aérea Uruguaia. Eles são constituídos como o ramo organizado, equipado, instruído e treinado para executar os atos militares impostos pela Defesa Nacional. Sua tarefa fundamental é a defesa da soberania, independência e integridade territorial, a salvaguarda dos recursos estratégicos do país determinados pelo Poder Ejecutivo e contribuindo para preservar a paz da República no marco da Constituição e das leis.

Em tempos de paz e sob expressa autorização do Ministro da Defesa Nacional, poderão prestar serviços ou colaborar em atividades que, por sua especialidade, relevância social ou conveniência pública, sejam solicitadas e sem prejuízo do cumprimento de sua missão fundamental.

5.2.1.2 Política de Defesa Nacional.

A Política de Defesa Nacional é um documento que foi publicado no nível político estratégico no ano 2014 e visa orientar a ação abrangente do Estado em matéria de Defesa Nacional, um conceito concebido de acordo com a conteúdos estabelecidos na Lei de Marco da Defesa Nacional N° 18.650.

³⁰ Lei No. 18.650. “Lei Marco de Defesa Nacional”P.E. Montevideo.2010.

É o documento do mais alto nível de governo, que determina o processo de planejamento da Defesa Nacional, através do qual são transmitidos os objetivos e diretrizes políticas gerais.

A participação da sociedade torna-se um elemento de grande valor para realizar a ação do Estado, pois contribui para a obtenção de informações precisas e atualizadas, canaliza recursos econômicos e humanos adicionais para o público, dá apoio social às políticas e permite uma maior capacidade de gestão pública.

A Defesa Nacional constitui um bem público, um papel essencial, permanente, não delegável e integral do Estado, em cuja instrumentação as emergências e recursos da sociedade convergem de maneira coordenada, sendo um desafio para todos os membros da sociedade uruguaia.³¹

O conceito de Segurança aborda aspectos de defesa militar e de segurança pública na prática eo desenvolvimento institucional de nosso país, tem se diferenciado progressivamente suas áreas em diferentes formas, típicas da evolução de processos em nível nacional.

A Defesa Nacional compreende o conjunto de atividades civis e militares destinadas a preservar a soberania e independência de nosso país, preservar a integridade do território e seus recursos estratégicos, bem como a paz da República, no âmbito da Constituição e as leis; contribuindo para gerar as condições para o bem-estar social, presente e futuro da população.

Defesa Militar constitui uma função essencial do Estado ligado ao garantia e manutenção de sua soberania e integridade de sua população, território, recursos estratégicos e instituições; cobrindo questões de segurança relacionadas ao ambiente externo.

³¹ Decreto No.105/014. “Política de Defesa Nacional”. P.E. Montevideo.2014.

a) Objetivos permanentes da Defesa Nacional.

- Garantir a soberania, independência e paz da República, a Constituição e leis.
- Garantir a integridade territorial.
- Proteger a vida e integridade de seus habitantes e sua identidade cultural.
- Apoiar o sistema de governo republicano-democrata e o Estado de Direito, bem como o desenvolvimento econômico e social do país.

b) Alguns objetivos estratégicos da Defesa Nacional.

- Contribuir para a manutenção da paz, segurança internacional, solidariedade e respeito pela vida humana.
- Proteger recursos naturais estratégicos, renováveis e não renováveis.
- Contribuir para a proteção do meio ambiente.
- Fortalecer a presença do Estado nas águas terrestres, marítimas e aviões de interesse nacional.

5.2.1.3. Política Militar de Defesa.

Ao nível da condução da defesa militar e em ligação com essa estratégia em particular, a Política de Defesa Militar é publicada em 2016.³²

A política considera a modernização da Defesa Militar, incluindo a adaptação dos diferentes componentes do MDN, indicando a relação que deve existir entre esses componentes.

Este documento também orienta os esforços do M.D.N. definir e desenvolver as capacidades militares necessárias para o cumprimento dos objetivos militares da Defesa.

³² Mario Moreira, Coronel do E.N.U. Novas definições para defesa militar. Centro de Altos Estudios Nacionais. Montevideo, 2016.

5.2.2 No âmbito do Exército Nacional Uruguaio.

5.2.2.1 Doutrina do Exército.

Por definição, o Exército Nacional do R.O.U. é a instituição nacional cujo propósito é defender a soberania da República, sua independência e integridade territorial, defender a Constituição e as leis e assegurar a ordem pública, agindo sob a autoridade do Presidente da República, conforme estabelecido pela Constituição.³³

O E.N. está integrado em duas armas de combate, infantaria e cavalaria; três armas de apoio de artilharia, engenheiros e comunicações e um intendente ou serviço de logística.

O número atual de tropas é de cerca de 24.000 membros, distribuídos em 4 divisões do Exército, tendo seu comando geral na capital Montevidéu, distante 630 quilômetros da unidade militar da cidade de Bella Union. próxima da fronteira da Argentina e do Brasil.

*O Exército Nacional constitui o ramo das Forças Armadas organizado, equipado, instruído e treinado para planejar, preparar, executar e conduzir os atos militares impostos pela Defesa Nacional na esfera terrestre, sozinho ou em cooperação com os outros componentes das Forças Armadas.*³⁴

O E.N Possui missões primárias e missões subsidiárias, dentro das quais, e sem prejuízo de sua missão fundamental, realizará atividades sob a forma de benefício da sociedade, designadas pelo Comando Superior de Forças Armadas, incluindo apoio a Planos de Desenvolvimento, Obras de Conveniência Pública, Manutenção da Ordem Público e Atenção aos Serviços Essenciais.

Dentro dos objetivos complementares do E.N. Há apoio para o desenvolvimento econômico e social, bem como a cooperação com a ordem e tranquilidade do país.

Dentro das tarefas acessórias exigidas pela missão da E.N. nós encontramos:

- Realizar ou apoiar tarefas de Ação Comunitária e / ou Ação Cívica.
- Executar as Operações de Proteção Civil .

³³ R.G.S. N°21 “Regulamento de disciplina e serviço interno”- Exército Nacional. C.G.E. Montevidéu. 2013.

³⁴ D.29-36 “Doutrina de emprego do Exército Nacional” Exército Nacional.C.G.E. Montevidéu.2003.

5.2.2.2 Conceito estratégico do emprego do Exército.

Este documento especifica quais são as formas de emprego do Exército, no âmbito nacional e internacional, dentro das quais encontramos operações de proteção civil.

As Operações de Proteção Civil são todas aquelas ações de prevenção e atenção à comunidade que o Exército realiza em coordenação com outras agências competentes, diante de situações de emergência e desastres naturais ou provocados pelo homem que afetam de maneira significativa e grave o Estado.

Em situações de emergência nacional, recursos humanos e materiais do Exército será empregado no âmbito dos planos de contingência preparado pelo SI.NA.E.

Os objetivos estratégicos do emprego de E.N. no porto civil é cooperar no âmbito do SI.NA.E. na prevenção e execução das ações necessárias em situações de emergência e desastres, causadas por fenômenos naturais ou pela ação do homem, que afetam significativamente o Estado, seus habitantes, seus bens ou o meio ambiente.

Espera-se também que mantenha uma imagem de prestígio perante a população civil, apoiada por um alto nível profissional do pessoal participante.

As ações estratégicas da proteção civil são estabelecer os vínculos necessários com o Si.NA.E, determinando mecanismos de coordenação que permitir a utilização eficiente dos recursos materiais e humanos do Exército.

Também em coordenação com o Sistema de Relações Públicas do Exército, divulgar no âmbito externo e interno as atividades que desenvolve em apoio à comunidade.

5.2.2.3 Manual de emergência.

Este documento especifica que o objetivo prioritário das ações do E.N. Em situações de emergência, deve ser a prevenção desses desastres e, quando isso não for possível, a reconstrução mais rápida possível da situação em direção a uma condição normal daqueles que foram afetados.

O controle de situações de emergência requer planejamento detalhado e uso rápido de recursos de resposta quando ocorre.³⁵

Todas as agências apropriadas devem estar prontas para agir de maneira coordenada, a fim de minimizar o impacto de uma situação perigosa e restaurar as condições normais o mais rápido possível.

5.3 ÓRGÃOS DE COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

As operações de apoio à sociedade são executadas por elementos da E.N. em apoio a órgãos ou instituições do Estado em situações de emergência ou outras que a autoridade competente possa ter.

5.3.1. No âmbito do Governo Nacional.

A lei N° 12.608 de 10 de abril de 2012 institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, abrangendo as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.³⁶

Em maio de 2009, pelo Decreto nº 238/009, foi criado no Uruguai o Sistema de Resposta às Mudanças Climáticas e Variabilidade, com a função de coordenar e planejar as ações públicas e privadas necessárias para a prevenção e mitigação do risco. e os efeitos produzidos por desastres naturais.

O referido Sistema está a cargo do Ministério da Habitação, Planejamento Territorial e Meio Ambiente e, dentro de outros ministérios, é integrado pelo referido ministério, o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde Pública eo Sistema Nacional de Emergências.

Em novembro de 2009, pela Lei nº 18.621, foi criado o Sistema Nacional de Emergência, que tem por finalidade a realização de ações voltadas à prevenção de riscos vinculados a desastres de origem natural ou humana, previsíveis ou imprevisíveis, periódicos ou esporádica; à mitigação e atenção dos fenômenos que

³⁵ RI.14-07 “Manual de emergência” Exército Nacional.C.G.E. Motevideo.2016.

³⁶ Poder Ejecutivo. Lei 12.608. Disponível em web: www.camara.leg.br/.../2012/lei-12608-10-abril-2012

podem ocorrer; e às tarefas imediatas de reabilitação e recuperação que são necessárias.

O Sistema de Emergência é integrado pelo Poder Executivo, a Administração Nacional de Emergências, a Comissão Nacional Consultiva para Redução de Riscos e Atenção a Desastres, os Ministérios, entidades autônomas e serviços descentralizados e os Comitês Departamentais de Emergência.

5.3.2. No âmbito dos Governos Departamentais.

Os Comitês Departamentais de Emergência são os órgãos responsáveis pela formulação de suas competências e, alinhados com as políticas globais do Sistema Nacional de Emergência, de políticas e estratégias em nível local, com o objetivo de aplicá-las de forma primária. as atividades tendentes a prevenir e mitigar os efeitos de desastres naturais.

O Comitê Departamental de Emergência é composto pelo respectivo Superintendente Municipal, o Chefe da Polícia Departamental e o Chefe do Destacamento do Corpo de Bombeiros Nacional do Ministério do Interior, um representante do Ministério da Defesa Nacional, um representante do Ministério do Desenvolvimento Social e um representante do Ministério da Saúde Pública.

No Uruguai, o estado de desastre é declarado pelo Poder Executivo, atuando o Presidente da República de acordo com os Ministros competentes por motivo de matéria, ou em Conselho de Ministros.

A declaração mencionada neste artigo determinará a ativação operacional imediata

o Sistema Nacional de Emergência e todos os recursos disponíveis em resposta às características dos fenômenos que os teriam motivado.

No país, foi criado o Fundo Nacional para a Prevenção e Atenção a Desastres. O referido Fundo será utilizado exclusivamente para subsidiar as atividades de prevenção, mitigação, assistência e reabilitação sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Emergência.

Atualmente, existe um Centro de Coordenação de Emergência Departamental no Estado, que é o organismo coordenador responsável por ações em nível local sobre questões de gestão de risco, um funcionário designado pelo respectivo prefeito.

5.4 OPERAÇÕES REALIZADAS PELO E.N.U. EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA.

Como missão subsidiária e sem prejuízo de sua missão fundamental, as Unidades Militares que compõem o E.N. realizam atividades para apoiar o desenvolvimento nacional.

Essas atividades envolvem o uso coordenado dos recursos materiais e humanos do E.N. atuando isoladamente ou em conjunto com outras organizações públicas ou privadas, em atividades que constituam um benefício para a sociedade que integra.

5.4.1 Plan “Inverno”.

Durante anos, no inverno rigoroso e hostil do Uruguai, as pessoas necessitadas recebem apoio através do Plano de Inverno.

Este plano do Governo provê comida, alojamento e cursos para reintegração de trabalho, apontados a pessoas na situação de rua.

Levando em conta o frio intenso que se desenvolve no inverno uruguaio, que pode atingir uma temperatura baixa de até 2 ° de média, foi lançada a iniciativa, que fornece alimentos pobres e abriga centenas de pessoas .

No Uruguai, todo inverno, baixas temperaturas tiram a vida de pessoas que não têm onde morar, morrendo de hipotermia, que é agravada pela falta de nutrição adequada.

O programa conta com a participação do Instituto Nacional de Alimentação, das Intendências Departamentais, do Banco Provisório e do Ministério da Defesa, entre outras organizações,

O pessoal do Exército se encarrega de preparar as refeições enquanto o Instituto Nacional de Alimentos as fornece à população.

5.4.2. Fogo no balneário "La Esmeralda".

No mês de dezembro do ano de 2013 um incêndio eclodiu no balneário "La Esmeralda" do Uruguai, afetando 15 hectares de floresta de pinheiros.

Conforme relatado pelo SI.NA.E, o incêndio começou às 5:00 da tarde, na altura do km 281 da rota 9, na rua de Montevideu, na entrada do balneário acima mencionado.

Seis bombeiros e sua equipe trabalhavam no combate ao incêndio, por sua vez, que o F.A.U. Fiz reconhecimento por meio do uso de helicópteros e o pessoal do Exército encomendou a transferência de máquinas rodoviárias para a área, bem como o apoio de pessoal para ajudar nas múltiplas tarefas que a luta contra o foco ígneo exigia.

5.4.3. Inundações durante o ano de 2015.

Durante o ano de 2015 as tropas do E.N. participaram juntamente com as Forças Armadas uruguaias, em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e o SI.NA.E., ajudando a população durante um período recente de fortes chuvas e inundações.

Onze dos 19 departamentos do país sofreram inundações em agosto e setembro.

No final de setembro, as autoridades dos departamentos de Artigas, Durazno, Rivera e Soriano ainda procuravam pessoas desaparecidas.

O exército começou a evacuar as vítimas no departamento de Durazno em 13 de agosto, depois que as autoridades ativaram o Sistema Nacional de Emergência.

Cinco veículos foram despachados para apoiar o Regimento de Cavalaria No. 2 e o Batalhão de Infantaria No. 13 e um acampamento também foi estabelecido em um complexo esportivo para evacuados de Durazno.

Além disso, as Forças Armadas forneceram caminhões e veículos leves e anfíbios para ajudar a evacuar as vítimas das enchentes.

O Exército estabeleceu duas cozinhas de campo, que forneceram cerca de 1.100 refeições para 4.879 deslocados.

5.4.4. Incêndio no Parque Nacional "Santa Teresa".

No mês de dezembro de 2017 houve um incêndio em grande escala no Parque Nacional de Santa Teresa, que está a cargo do Exército Nacional e a cada ano recebe milhares de turistas, por ter extensos terrenos arborizados e praias oceânicas .

Para mitigar os efeitos do fogo e evitar sua disseminação generalizada, a área trabalhou mais de 40 militares, bombeiros e um helicóptero de F.A.U.

Do meio-dia o pessoal de bombeiros, militares e vizinhos trabalhou para controlar o fogo que se estendia por mais de 4 hectares.

O fogo concentrou-se numa zona de florestas de aproximadamente, onde não há casas, mas a instabilidade dos ventos dificultou as tarefas de extinção.

5.4.5. Incêndio no "Departamento de Lavalleja".

Em março de 2018, houve um incêndio fora da cidade de Minas, no departamento de Lavalleja, começando com um pequeno centro ígneo, espalhando-se por mais de 200 hectares devido aos efeitos do vento.

Na área, membros do Exército Nacional e da Força Aérea do Uruguai trabalharam em conjunto.

O fogo se espalhou por 30 hectares no Cerro del Verdun, onde existem montanhas naturais e um pinhal de difícil acesso, por isso os Bombardeiros solicitaram o apoio do Exército e da Aeronáutica para ajudar na sua extinção.

À tarde, uma rotação dos ventos estendeu a área afetada para 200 hectares em três colinas.

Então dois helicópteros UH-1H da Força Aérea voaram para a cidade, para apoiar a luta contra o fogo.

Além dos recursos utilizados pelos bombeiros, a operação de combate a incêndios teve o apoio da Câmara Municipal de Lavalleja máquinas e cerca de dez membros do Exército, trabalhando em alargar linhas para evitar a propagação do fogo.

6. CONCLUSÃO.

Atualmente, os efeitos das condições meteorológicas adversas causam situações acentuadas de emergências ambientais, tanto na RF. do Brasil como na R.O. do Uruguai, onde os efeitos adversos desses fenômenos ou ações causadas por negligência humana, causam danos significativos a parte da população dos países acima mencionados.

Quando esses incidentes se manifestam, o bem-estar das pessoas afetadas torna-se uma das principais preocupações das organizações públicas e privadas, responsáveis por lidar com essas situações de emergência e buscar soluções tempestivas, eficazes e eficientes, visando minimizar os efeitos negativo na sociedade.

Atualmente, os dois países considerados neste estudo apresentam normas integrativas para a ativação dos recursos materiais e humanos que possuem em suas organizações, estabelecendo mecanismos de ativação, coordenação e cooperação de diferentes sistemas de atenção a situações de calamidade pública ou emergências ambientais.

Dentro desta ação em situações de crise, o papel dos membros das Forças Armadas dos Estados, é apresentado como a principal e fundamental ferramenta para atender a todas as atividades envolvidas na atenção às situações mencionadas, colaborando com as demais forças e organizações públicas e privadas.

A ação sinérgica e integral dos atores envolvidos busca atender às necessidades básicas da população afetada, minimizar os danos e reestruturar os serviços públicos essenciais para o bem público e a continuidade da vida humana em um estado de segurança e contenção social.

O papel dos Exércitos do Brasil e do Uruguai é fundamental, pois possuem dentro de sua organização funcional um sistema funcional eficiente, que permite desdobrar seus recursos humanos e materiais de maneira rápida e eficiente, alcançando todas as regiões onde apresentar as situações de emergência ambiental.

Em várias dessas regiões, a presença dos demais serviços essenciais do Estado para a manutenção do bem-estar social é escassa, sendo sustentada em colaboração com os meios das forças armadas.

Dentro do sistema de planejamento dos exércitos considerados, encontramos métodos que permitem uma avaliação detalhada das situações de emergência, propiciando que as operações sejam realizadas visando atender as necessidades primárias da sociedade afetadas por emergências ambientais, alcançando tranquilidade, segurança, proteção e bem-estar para as pessoas mais necessitadas naquelas situações de grande comoção social.

Atualmente, tanto no Brasil como no Uruguai, podemos ver situações de emergência na forma de enchentes, incêndios em grande escala, tornados, secas e grandes tempestades elétricas que produzem deslocamentos de terra, entre outros, que produzem grandes perdas materiais e o que é mais importante, uma perda de vidas humanas.

A perda de vidas humanas é a principal preocupação dos organismos dos Estados, pois sua preservação, em todos os momentos, deve ser a luz que orienta todos os esforços necessários, para a concretização de ações efetivas, tendendo a garantir o bem-estar social

Nas ações dos Exércitos do Brasil e do Uruguai, em situações de emergências ambientais, nascem forças que fortalecem as instituições militares no desenvolvimento de operações de apoio à sociedade.

Esses pontos fortes estão enraizados nos ideais, valores e princípios cultivados nas instituições a partir das bases funcionais dos mesmos, onde a dedicação integral, abnegação, desinteresse, acompanhada de disciplina e equanimidade, são pilares que mantêm a efetividade da ação de todo o pessoal militar.

Essas forças são transformadas em energia positiva no momento em que um soldado, em qualquer hierarquia, recebe a missão de ajudar um membro da sociedade, que sofre os efeitos de situações de emergência social devido às condições climáticas ou a negligência das ações humanas.

Em muitos casos de estudo, se pode observar a ação desinteressada e comprometida do pessoal militar, neste tipo de operações de apoio à sociedade, onde freqüentemente o prêmio mais precioso para os militares é receber o um grato sorriso de um rosto que sofre em um ambiente danificado pela calamidade pública.

O uso dos Exércitos do Brasil e do Uruguai para o desenvolvimento de operações de apoio à sociedade, em situações de emergência ambiental, é similar em seu planejamento, preparação e na forma de ação de seus recursos humanos, apoiados pelo recursos materiais. e financeiros, que são distribuídos em todas as organizações militares.

As diferenças operacionais entre os Exércitos supramencionados devem-se apenas a uma questão de implantação geográfica em diferentes regiões com climas particulares, topografias e situações populacionais.

Existem também diferenças na quantidade e característica dos meios materiais utilizados em tais situações, os quais vêm dos planos políticos estratégicos de emprego das Forças Armadas de cada um dos países considerados.

Tendo em mente que a existência de ambos os exércitos está profundamente enraizada no nascimento dos Estados e no sentimento patriótico de todos os seus membros, é evidente que existem muitos benefícios que o uso dos meios dos Exércitos produz na sociedade, no momento de realizar operações de apoio à sociedade em situações de emergências ambientais.

Muitos desses benefícios se somam à imagem institucional e credibilidade nas ações dos Exércitos, muitas vezes transcendendo fronteiras internacionais, permitindo que uma mão amiga alcance populações de países distantes, que sofrem o dano de situações de crise humanitária.

A existência dos Exércitos no Brasil e no Uruguai permite que os Estados tenham um corpo altamente treinado e preparado para atuar em qualquer momento em que a sociedade da qual seus membros fazem parte, precisa de assistência em situações de emergências ambientais, tendo a certeza de que, como antes, no presente ou no futuro, a missão confiada a um soldado será cumprida dentro dos mais elevados padrões que permitem a dignidade humana e a dedicação altruísta, proporcionando as energias e esforços mais dispendiosos para o bem-estar da sociedade e o desenvolvimento do Estado.

“Uma palavra de agradecimento ou apenas um sorriso é suficiente para deixar todas as minhas energias e colocar todo o meu esforço para cumprir a minha missão de ajudar um cidadão, quando a situação o exigir ”.

Maj Cav Mauricio Delgado R.O. do Uruguai.

REFERÊNCIAS

- 1 Real academia espanhola. (2018). Dicionário da língua espanhola (22ª ed.). Madri, Espanha: Autor. Recuperado de: <http://dle.rae.es/>.
- 2 Estratégia Internacional para Redução de Desastres (2009). Terminologia. Recuperado de www.idrc.ca.
- 3 Sistema Nacional de Emergência (2018). Site Oficial. Uruguai. Recuperado de <http://sinae.gub.uy>.
- 4 Página de conceitos e definições (2018). Venemedia. Espanha Recuperado de <http://conceptodefinicion.de>.
- 5 Real academia espanhola. (2018). Dicionário da língua espanhola (22ª ed.). Madri, Espanha: Autor. Recuperado de: <http://dle.rae.es/>.
- 6 EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre. 1º Edicao , 2014. Folha. 3-1.
- 7 EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre. 1º Edicao , 2014. Folha. 2-1
- 8 EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre. 1º Edicao , 2014. Folha. 3-1
- 9 Ministerio de Defensa Nacional da R.O. do Uruguay. Pilitica de Defensa Nacional. Folha 4.
- 10 EB20-MC-10.211. Processo de planejamento e condução de operações terrestres. 1º Edicao. 2014. Folha 2-7.
- 11 .B. 20-MC-10.211 Processo de Planejamento e conducao das operacoes terrestres.Folha 2-9.
- 12 Valencia, Eduardo. “Protección de las personas en caso de desastres”.2008.
- 13 Gestão de risco. P.A.H.O.. Organizacao das Nações Unidas. Disponível em : <https://www.paho.org/disasters>.
- 14 Diario “El Pais Internacional” Buenos Aires”. 8 de setembro de 2009.
- 15 P.D.N. Política de Defesa Nacional. Brasília. Edicao. Brasil.
- 16 M.D. Livro Branco da Defesa Nacional. 1ra Ed. 2012. Brasília.
- 17 Estratégia Nacional de Defesa- M.D. Brasília- Brasil.
- 18 MD-51-MD.04 Doutrina Militar de Defesa. Ministerio da Defesa. 2007. Brasília.
- 19 P.D.N. Política de Defesa Nacional. Brasília. Edicao. Brasil.
- 20 Portaria normativa Nº 2.621, de 7 de dezembro de 2015. Ministerio da Defesa.2015.

- 21 Sistema de Planejamento do Exercito. Ministerio da Defesa- E.M.E. Folha 7.
- 22 EB20-MF-10.102 . “A Doutrina Militar Terrestre” Ministerio da Defesa. 1ra Ed. 2014. Brasilia.
- 23 EB20-MF 10.101. O Exercito Brasileiro. Folha 2-1.1 Ed. M.D. 2014. Brasilia.
- 24 EB70-MC.10.223. “Operacoes” 1 ed. 2017. M.D. Brasilia.
- 25 EB70-MC-10.223- Manual de Operações. 5° edição.
- 26 Poder Ejecutivo. Lei 12.608. Disponível em web:
www.camara.leg.br/.../2012/lei-12608-10-abril-2012
- 27 Disponível em web:
<http://www.integracao.gov.br/web/guest/sedec/apresentacao>.
- 28 Disponível em web: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/cenad/apresentacao>.
- 29 “Dialogo” Revista Militar Digital. Mayo 2015.
- 30 “Dialogo” Revista Militar Digital- Julio 2017.
- 31 M.D.N. “Politica de Defesa Nacional” . 1° Ed. 2014. Montevideo.Folha.15.
- 32 Lei No. 18.650. “Lei Marco de Defesa Nacional”P.E. Montevideo.2010.
- 33 Decreto No.105/014. “Politica de Defesa Nacional”. P.E. Montevideo.2014.
- 34 Mario Moreira, Coronel do E.N.U. Novas definições para defesa militar.Centro de Altos Estudios Nacionais.Montevideo,2016.
- 35 R.G.S. N°21 “Regulamento de disciplina e serviço interno”- Exercito Nacional. C.G.E. Montevideo. 2013.
- 36 D.29-36 “Doutrina de emprego do Exercito Nacional” Exercito Nacional.C.G.E. Montevideo.2003.
- 37 RI.14-07 “Manual de emergência” Exercito Nacional.C.G.E. Motevideo.2016.
- 38 Poder Ejecutivo. Lei 12.608. Disponível em web:
www.camara.leg.br/.../2012/lei-12608-10-abril-2012